

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	38
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	41
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	43
10.5 - Políticas contábeis críticas	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	60
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	61
10.8 - Plano de Negócios	62
10.9 - Outros fatores com influência relevante	63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**
- b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**
 - i. Os riscos para os quais se busca proteção**
 - ii. Os instrumentos utilizados para proteção**
 - iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

Os riscos aos quais estamos expostos são monitorados constantemente, a fim de minimizar os impactos que mudanças no cenário macroeconômico, regulação de setores de atuação, entre outros, possam vir a ter sobre as nossas operações e resultados. Os riscos mapeados são apresentados e discutidos mensalmente no âmbito da Diretoria e do Conselho de Administração.

Os nossos fluxos de processos e sistemas e de suas controladas são periodicamente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes, tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

Não existe atualmente uma política formalizada e em uso de gerenciamento de riscos, haja visto a extrema instabilidade do ambiente da cia. em razão do contexto de insolvência em que está inserida. O atual baixo nível de atividade faz com que os riscos operacionais a que estamos expostos sejam materialmente ínfimos em relação aos riscos decorrentes do ambiente legal e financeiro, o qual é virtualmente impossível de sistematizar em uma política.

Ocasionalmente buscamos proteção para riscos cambiais através da aquisição de instrumentos financeiros derivativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez, risco de capital.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, através do uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, a Companhia não possuía contratos de derivativo em aberto.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco cambial:

Para administrar nosso risco cambial decorrente de operações comerciais, buscamos equilibrar a nossa balança comercial entre compras e vendas em moedas diferentes da moeda funcional.

Dadas as restrições de fornecimento que enfrenta a cia. nem sempre é possível gerenciar essa exposição ou proteger-nos nos riscos de tal desequilíbrio de posições.

Risco de taxa de juros:

Analisamos nossa exposição à taxa de juros de forma dinâmica. Quando aplicável são simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nestes cenários, definimos uma mudança razoável na taxa de juros e calculamos o impacto sobre o resultado.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e registrada quando aplicável provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de liquidez:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Monitoramos o nosso nível de liquidez, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, Caixa e Equivalentes de Caixa. Além disso, a nossa política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções.

Risco de capital:

Monitoramos o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida sobre o capital total. A dívida líquida, conforme calculado por nós, corresponde ao total do endividamento financeiro (incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e *bonds*, de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de endividamento sem previsão de vencimento e o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito. O capital total é apurado através da soma do capital social, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não havia contratos de derivativo em aberto em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, segundo as políticas aprovadas, exceto para as controladas em conjunto, as quais são compartilhadas com os demais acionistas controladores. A nossa tesouraria identifica e avalia a posição da Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as nossas unidades operacionais. Quando aplicável, o Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

O monitoramento do impacto das operações com instrumentos derivativos, quando existentes, é analisado mensalmente e todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, realizamos testes e controles sistemáticos como análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira, das variações na taxa de juros e dos riscos envolvendo operações com derivativos.

Conforme mencionado acima, estamos expostos a risco de flutuação de taxa de juros e a moedas estrangeiras (diferentes da nossa moeda funcional, o Real), principalmente ao Dólar Norte-Americano, em nossos empréstimos e financiamentos e *bonds*. Realizamos periodicamente a análise que leva em consideração três cenários de flutuação nestas variáveis. Na definição dos cenários utilizados, acreditamos que as premissas abaixo possam ser realizadas, com suas respectivas probabilidades, cabendo salientar, contudo, que estas premissas são exercícios de julgamento efetuado por nós e que podem gerar variações significativas em relação aos resultados reais apurados em função das condições de mercado, que não podem ser estimadas com segurança nesta data para o perfil completo das estimativas.

Conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução 475, a Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade, considerando:

- Cenário de taxa de juros e paridade do Dólar Norte-Americano (US\$) em relação ao Real (R\$) provável estimada por nós:

Taxa de juros para o ano de 2018: 6,5%
US\$: 3,38

- Cenário de taxa de juros e paridade do Dólar Norte-Americano (US\$) em relação ao Real (R\$) possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Taxa de juros para o ano de 2017: Aumento para 8,1%
US\$: 4,23

- Cenário de taxa de juros e paridade do Dólar Norte-Americano (US\$) em relação ao Real (R\$) remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2017: Aumento para 9,8%
US\$: 5,08

O impacto apresentado na tabela abaixo refere-se ao período de 1 ano de projeção:

Análise de Sensibilidade - Variações moeda estrangeira e taxa de juros conforme cenário acima descrito - R\$ mil:

Operação	Risco	Em milhares de R\$		
		Cenário conforme definição acima		
		Provável	Possível	Remota
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	449	5.380	10.311
Empréstimos e financiamentos	Alta de taxa de juros	91	114	136
Total (ganho) perda		540	5.494	10.447

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- a. **As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**
- b. **As estruturas organizacionais envolvidas**
- c. **Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

Adotamos práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de nossos processos, assim como busca garantir a ampla transparência de nossos negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBOVESPA; (v) Traduções de documentos e informes financeiros para investidores estrangeiros, (vi) Apresentações públicas, em Português e Inglês, no horário ajustados ao Brasil e Ásia; (vii) sua página na internet e blog para investidores; e (viii) relacionamento com analistas, investidores, agências de classificação de risco, assessorias de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos gestores profissionais.

Desde 2011 possuímos o Centro de Serviço Compartilhado (CSC), o qual atende as Unidades de negócio situadas no Brasil. O CSC tem uma operação independente a Unidade de Negócio, prestando serviços na área Financeira, Recursos Humanos, Controladoria, Tecnologia da Informação e Suprimentos Não Produtivos. O Centro de Serviço tem com objetivo a padronização dos processos e informações.

Os fluxos de nossos processos e sistemas são periodicamente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais *frameworks* de controles.

- d. **Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**
- e. **Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Nossos auditores emitiram em Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos, as seguintes novas recomendações e recomendações originárias de auditorias/revisões passadas, ainda não solucionadas:

Parte A - Novas recomendações

1. Adequar controle individual de bens do ativo imobilizado.

As identificações dos ativos imobilizados demonstradas no relatório individual de bens, por vezes, não condizem com as marcações individuais nos bens físicos. Devido à Companhia ter trocado de prestador de serviço durante a elaboração do controle, alguns aspectos de identificação perderam o rastro. O controle efetivo é mantido por meio de planilha eletrônica.

A deficiência do controle individual demonstra fragilidade no controle interno sobre os ativos imobilizados, bem como dificulta no que diz respeito ao acompanhamento e apuração da depreciação dos bens.

Abaixo relacionamos alguns exemplos de bens em que foram identificadas as respectivas deficiências:

- **Mipel MF – Veranópolis**

Descrição	Identificação no sistema	Identificação física
Forno industrial Mod. GFT-1200E	12.0	Não possui
Sistema Vip Power Trak 250	106.57	Não possui
Spectro	636.0	Não possui

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- **MNA – Nova Odessa**

Descrição	Identificação no sistema	Identificação física
plante univiga apoiada com talha	3883-0	Não possui
atório para testes em válvulas	4852-0	Não possui
a teste Shell:PA.ohal DIN580 ferro	5233-0	Não possui
atório para testes em válvulas	5867-0	Não possui
ertical de comando numérico	6043-0	Não possui

Recomendamos que o controle individual de bens do ativo imobilizado seja adequado e sistematizado. Para que tal procedimento possa ser solucionado, entendemos que os seguintes passos devam ser cumpridos:

- Atualização do levantamento físico dos bens existentes com a devida localização da documentação fiscal de aquisição;
- Confronto dos valores apurados com os saldos contábeis existentes na data de apuração.

Comentários da administração:

Os equipamentos da companhia são muitas vezes expostos a calor extremo, manutenções com pintura ou expostos a solventes, o que propicia a perda das plaquetas de identificação. Muitos itens, como é o caso dos exemplos expostos, são de fácil identificação, pelo que a companhia reconhece a importância do processo, mas não o considera prioritário ante outras imperfeições a serem sanadas diante do seu momento econômico-financeiro.

2. Efetuar segregação de funções conflitantes.

Devido a atual situação da Companhia, que com a continuidade do plano de recuperação judicial e esforço da administração estão reestruturando os negócios, diversos cargos foram eliminados durante o processo, sendo que os funcionários de todos os setores vêm acumulando deveres e funções. A ausência das devidas segregações de funções trazem possíveis falhas e inseguras nos controles internos geridos pela Companhia. A administração entende a deficiência, mas considera como um risco inerente ao atual momento das empresas do Grupo.

Recomendamos que a Companhia, apesar da redução do número de funcionários, avalie a possibilidade de segregar posições-chave para mitigar os riscos mencionados.

Comentários da administração:

Como mencionado, a deficiência é reconhecida e foi voluntariamente apontada a essa auditoria. O problema terá a atenção devida após a conclusão de determinadas implementações de sistemas críticas por compliance legal e racionalização de custos.

3. Sistematizar processo de consolidação das demonstrações financeiras.

Atualmente o processo de consolidação das demonstrações financeiras das empresas do Grupo é realizado pela contabilidade, no CSC, em Caxias do Sul, por meio de planilhas eletrônicas.

O processo de consolidação requer a aplicação de diversos conceitos, conforme requerido pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, e devido ao grau de complexidade pelo número de empresas que fazem parte do Grupo e as transações efetuadas, o controle desse processo por planilhas demonstra fragilidade a possíveis erros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendamos que a Companhia adote o processo de consolidação, ou parte dele, através de um sistema especializado, mitigando possíveis distorções.

Comentários da administração:

As atividades da companhia tendem a concentrar-se progressivamente em no máximo três entidades legais, pelo que buscaremos formas de mitigar os riscos operacionais expostos priorizando essas entidades. Como condição precedente, é necessária a conclusão da implementação do sistema SAP na unidade de Veranópolis, que gera dados para duas das entidades relevantes. Estando todas as empresas em um sistema integrado, torna-se possível a estrutura de consolidação pelo SAP.

4. Atualizar critério e controle no cálculo matemático do AVP.

Com a aprovação do plano de recuperação judicial instituído pela Companhia e suas controladas, diversas dívidas serão honradas pela Lupatech a seus credores em um longo período de tempo e logo estão sujeitas ao Ajuste a Valor Presente – AVP, conforme estabelecido pelo CPC 12. A Companhia controla o cálculo através de planilha eletrônica e, até 31 de dezembro de 2017, considerava em seu cálculo matemático a soma da taxa TR e não sua multiplicação. Apesar do critério não gerar uma diferença material, recomendamos a atualização para correta apuração do AVP. Além disso, recomendamos que a Companhia inclua o cálculo no sistema para mitigar possíveis erros na manipulação da planilha, bem como no cálculo efetuado.

Comentários da administração:

Não existe determinação no plano de recuperação judicial sobre a forma de aplicação da TR sobre o saldo devedor, sendo, a nosso ver, legalmente apropriada a soma. Como dito, a diferença é imaterial pelo baixo valor atual do indexador, podendo quaisquer dos critérios serem aplicáveis para efeito da estimativa do AVP.

5. Avaliar periodicamente a recuperação dos créditos tributários.

A Companhia e suas controladas possuem o acúmulo de créditos fiscais advindo de suas operações e suas atividades. Durante os últimos exercícios, houve esforços da Administração com o intuito de realização dos saldos de créditos fiscais através de ações estratégicas.

Em alguns casos, a recuperabilidade dos tributos está estritamente vinculada à capacidade e os planos desenvolvidos pela Administração para sua realização.

Entendemos ser necessário o acompanhamento e monitoramento constante dos saldos contábeis de créditos de impostos.

Recomendamos que a Companhia acompanhe a recuperabilidade dos créditos tributários com o apoio de seus assessores jurídicos tributários.

Comentários da administração:

Quando possível ou ante a impossibilidade de outra forma de uso, a companhia solicita a restituição em dinheiro dos créditos tributários. Nos casos em que não é possível a restituição em dinheiro ou o aproveitamento, a companhia vem considerando a possibilidade de reorganização societária por incorporação de outras entidades que possam aproveitar os créditos. Essa opção, contudo, é ponderada em vista das contingências que se contrapõe aos ativos fiscais em cada entidade.

6. Acompanhar periodicamente a posição dos adiantamentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia e suas controladas possuem em aberto diversos saldos de adiantamentos, com clientes e fornecedores, advindos de suas operações e suas atividades, principalmente antes do processo de recuperação judicial. Durante os últimos exercícios, houve esforços da Administração para realização dos referidos adiantamentos, que em sua maioria são maquinários e itens que estão em processo de importação e por diversos motivos ainda não tiveram sua autorização liberada.

Recomendamos que a Companhia acompanhe a realização dos adiantamentos com o apoio de seus assessores jurídicos e especialistas.

Comentários da administração:

Em razão do contexto econômico financeiro da companhia, muitos fornecedores requerem adiantamentos para o fornecimento de bens e serviços. O processo é inevitavelmente manual porque os documentos fiscais, bem como as verificações físicas somente ocorrem em momento posterior, quando é preciso baixar tais adiantamentos contra os respectivos documentos. Existe assim, o risco de pagamentos em duplicidade devido à falha humana na conciliação de adiantamentos com pagamentos. A companhia constantemente monitora os saldos e busca restituição quando aplicável.

Ao que parece o comentário dos srs. auditores mescla duas situações muito diversas. Uma a exposta, outra pagamentos feitos a fornecedores de equipamentos que não foram entregues a companhia. Nessa segunda hipótese, existem ações negociais e legais em curso visando a restituição de valores ou bens.

7. Capitalizar os AFAC's efetuados.

A Lupatech tem como procedimento remeter recursos financeiros para auxiliar nos custos de algumas empresas do Grupo. As empresas receptoras dos recursos, por vezes, não possuem geração de receita, com isso, os pagamentos/devoluções dos valores remetidos são registrados como operações de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, e não como transação de crédito entre pessoas jurídicas do mesmo Grupo (mútuo). Como as empresas do Grupo possuem AFAC's em aberto desde 2014, entendemos que o procedimento adotado pela Lupatech S.A, poderá ensejar questionamentos por parte das autoridades tributárias, sendo que poderão entender que na essência se trata de uma operação de mútuo entre as empresas.

Recomendamos que os recursos oriundos de AFAC's sejam capitalizados nas empresas receptoras ou que haja formalização de uma carta de intenção de capitalização com a data esperada pela Administração para a devida realização do montante.

Comentários da administração:

A questão é ponto de atenção da companhia e está sendo objeto de medidas.

8. Sistematizar tabela de preço.

Em determinadas empresas do Grupo, que possuem atividade industrial, as vendas, em sua maioria, são realizadas por contratos, não sendo prática o processo de licitação. O recebimento de proposta é feito por e-mail, onde elabora-se a proposta com base na tabela de preços, porém a tabela de preços não está formalizada no sistema utilizado, ocorrendo o risco de venda de itens com preços diferentes da tabela de preço aprovada.

Recomendamos que a Companhia inclua a tabela de preço no sistema.

Comentários da administração:

Não é possível atender a recomendação de forma sugerida. Estamos desenvolvendo sistema com tal capacidade e que terá outras funcionalidades capazes de gerar agilidade e controle do processo comercial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**
 - i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os riscos, regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de Integridade são atualizados periodicamente em decorrência de alterações na legislação, implementação de melhorias, bem como, adequações da estrutura interna, a fim de garantir o constante aprimoramento. As principais políticas, código e procedimentos de integridade abrangem:

O Código de Conduta da Lupatech que foi criado originalmente em 2008 e atua como principal instrumento de Integridade que abarca nossos valores, princípios éticos, regras e representa o compromisso contínuo de conduzir nossas atividades de forma ética, transparente e em estrito cumprimento as leis vigentes. Em 2018, revisamos nosso o Código, ampliando com as melhores práticas, reforçando e renovando sua importância. A companhia possui um código específico para fornecedores.

O Programa de Integridade da Lupatech é balizado em princípios, diretrizes, leis vigentes e composto por medidas, políticas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção e correção de fraudes e atos de corrupção contra a administração pública ou empresas privadas.

A Política Anticorrupção da Companhia foi elaborada com o intuito de fortalecer os conceitos existentes em nosso Código de Conduta, bem como, estabelecer mecanismos para identificação e mitigação de quaisquer riscos de atos lesivos, tais como desvios, fraudes e irregularidades. A política também abrange as diretrizes e práticas que devem nortear todos os envolvidos com a condução de nossos negócios e foi especialmente pautada pelas disposições contidas na Lei.

Nossos principais mecanismos de Integridade são:

- ✓ Canal de Denúncias e de Comunicação: Disponibilizamos canais para comunicação com o propósito de esclarecer dúvidas, receber e tratar denúncias, críticas e opiniões que contribuam para o combate a corrupção, desvios éticos e fraudes.
- ✓ Treinamento e a Comunicação interna: são ferramentas essenciais para a efetividade do Programa de Integridade. A conscientização é fundamental para evitar violações ou qualquer desvio de conduta frente aos valores, princípios e diretrizes da Lupatech.
- ✓ Estabelecimento de regras e limites claros relativos ao oferecimento e aceitação de brindes, presentes e hospitalidades, participação em licitações, entre outros.
- ✓ Definições restritivas no que tange as doações e ou patrocínios
- ✓ Instituição de normativos e procedimentos para assegurar a conformidade com as leis, a correta gestão dos relacionamentos nos negócios da companhia e o esclarecimento relativo as proibições contra suborno e corrupção, entre outros.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

O Diretor Presidente da Lupatech tem a atribuição de supervisionar e assegurar a eficácia do Programa de Integridade em conformidade com leis e regulamentos. O Gestor de Compliance é a responsável por operacionalizar o programa, pela gestão do dia-a-dia, estabelecendo normas e procedimentos, treinamento e demais instrumentos necessários. Para garantir a autonomia, este reporta-se diretamente ao Presidente da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta, o Programa de Integridade, políticas e outros normativos destinam-se ao Conselho, a alta administração, colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, prestadores de serviços, e demais envolvidos com a cadeia de negócios da Lupatech.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O treinamento e a comunicação interna são ferramentas essenciais para a efetividade do Programa de Integridade, Código de Conduta e demais políticas. A conscientização é fundamental para evitar violações ou qualquer desvio de conduta frente aos valores, princípios e diretrizes da Lupatech. Em 2018, realizamos o treinamento para todos os colaboradores, bem como, para a alta administração e adicionamos na integração de novos colaboradores.

Nosso plano anual de treinamento inclui diversos mecanismos de reforço contínuo por meio de materiais e recursos online, bem como, treinamentos presenciais.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A companhia possui um procedimento específico para ações disciplinares no caso de descumprimento das políticas, procedimentos e ou violações ao Código de Conduta. As infrações estão sujeitas a aplicação de sanções como advertência, suspensão e poderão incluir a rescisão do contrato ou medidas cabíveis de acordo com a legislação em vigor.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação o e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão atual do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2018. O endereço para consulta é http://lupatech.infoinvest.com.br/static/ptb/politicas_regimentos.

b) **se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui canais de denúncias para receber demandas internas e externas através dos e-mails codigodeconduta@lupatech.com.br e compliance@lupatech.com.br, bem como, pela nossa página na internet pelo link: <http://lupatech.infoinvest.com.br/static/ptb/canal-de-denuncias.asp?language=ptb>.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Atualmente os canais são administrados internamente. As denúncias são recebidas pelo gestor de Compliance.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias é aberto a colaboradores e terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A denúncia pode ser anônima ou não. Em todos os casos é garantida a não-retaliação e a confidencialidade.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

c) **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Com o intuito de prevenir a responsabilização da companhia por atos lesivos praticados em virtude de processos de fusões, aquisições ou reestruturações societárias, é realizado previamente um processo de *due diligence* legal e de *compliance* para identificação de irregularidades e riscos.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não se aplica

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Comentários sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 25 de maio de 2015, a Companhia ajuizou, em conjunto com outras empresas do Grupo Lupatech, pedido de recuperação judicial.

Em 18 de novembro de 2015, a Assembleia Geral dos Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial, sendo o mesmo homologado em 11 de dezembro de 2015 pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, sem quaisquer ressalvas.

Em 27 de junho de 2016, provimentos dados a agravos de Instrumentos interpostos por dois credores, anularam a decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech, sendo que em atenção à decisão proferida pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi apresentado um novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech junto ao juízo de origem.

O Novo Plano de Recuperação Judicial estabelece os termos e condições para a reestruturação das dívidas do Grupo Lupatech e atende aos critérios estabelecidos nos acórdãos da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em 8 de novembro de 2016, o Novo Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, em 01 de dezembro de 2016.

Apresentamos embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 15 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Diante da homologação final do juízo, o prazo para agravos contra a homologação do plano esgotou em 13 de março de 2017. Até a referida data não houve apresentação de nenhum agravo contra a homologação do plano.

A administração do grupo, avalia que a inexistência de agravos subsequentes confirma integralmente a legalidade do plano e dos seus efeitos a partir da sentença homologatória da decisão soberana da assembleia de credores, e assim confere segurança para a Companhia, seus investidores, credores e parceiros comerciais.

Em 28 de novembro de 2017 a Companhia anunciou a 3ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações da Lupatech S/A no montante de até R\$30.000. A emissão foi concluída em 31 de janeiro de 2018 com a subscrição de R\$ 29.313.

Parte dos credores da Classe I da Companhia puderam satisfazer seus créditos com a subscrição de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações da Lupatech S/A. A satisfação dos demais credores que não optaram por esta subscrição segue o disposto no Plano de Recuperação Judicial, qual seja a adjudicação de ações de sociedade de propósito específico (SPE), na forma do art. 50 XVI da lei nº 11.101.

No ano 2015, a Administração teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de substanciais quantias do seu principal cliente (R\$ 36.951 em dezembro de 2015) e a venda de participações societárias (R\$ 28.599 em março de 2016).

No curso de 2016 e 2017, a Companhia foi capaz de injetar, ainda que com restrições, o capital de giro requerido pelas suas operações. Entretanto, em qualquer cenário desenvolvido pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. As fontes de recursos provavelmente combinarão a venda de ativos não operacionais ou não estratégicos e a captação de recursos junto a terceiros.

Determinadas unidades de negócios têm tido suas operações substancialmente afetadas pelas condições de mercado de óleo e gás e pelas repercussões do processo de Recuperação judicial, tendo o seu nível de atividade e seu desempenho

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

operacional limitado. Na avaliação da Companhia, estas unidades voltarão a operar da maneira esperada à medida que o ambiente de negócios se normalize, sempre que os recursos necessários ao seu capital circulante sejam conferidos.

A nova diretoria da Companhia, que combina forte experiência no negócio de válvulas e em processos de turnaround empresarial, tem como missão edificar sobre o trabalho desenvolvido pela administração anterior, que resgatou a empresa de um passivo na casa dos R\$ 2 bilhões e o trouxe para a casa de um décimo desse montante, após uma recuperação extrajudicial e outra judicial.

Serviços x Desmobilização

No segmento de serviços Brasil, os contratos com a Petrobrás foram finalizados, com a desmobilização da equipe empregada nas atividades offshore de Macaé, evento este previsto em nossos planos de reestruturação. Esse foi sem dúvida, um dos maiores desafios do ano de 2017, tendo a Companhia logrado dispensar as centenas de colaboradores honrando todas as obrigações trabalhistas.

Se num primeiro momento essa desmobilização consumiu um significativo montante de recursos, num futuro próximo deverá reverter em fonte de caixa para abastecer as operações, haja visto os cerca de US\$ 12 milhões em equipamentos disponíveis para venda.

Ainda no negócio de Serviços, em consumação da estratégia de desinvestimento, foi efetuada uma operação de venda parcial da empresa colombiana, concomitante à sua recapitalização pelo sócio Petroalianza International Ltd., que passou a deter 49,0% da Companhia. Com a transação, foram auferidos recursos no montante de US\$ 3,7 milhões, que foram utilizados para o cumprimento de obrigações fiscais e trabalhistas, da sociedade controlada indireta Lupatech OFS S.A.S para a Petroalianza International Ltd.. Isto não significa que tenha cessado o interesse dos sócios em prosseguir com a aquisição, pelo contrário, seguem tratativas nesse sentido.

Tais tratativas culminaram com novo acordo para a aquisição da participação remanescente nos seguintes termos: a venda em 3 de maio de 2018 de 20,2% (vinte vírgula dois por cento) de sua participação societária na subsidiária holandesa Lupatech OFS Cooperatief U.A. ("Lupatech Holanda"), veículo que controla a Lupatech Colômbia, pelo valor de US\$1,650 milhão de dólares dos Estados Unidos da América, para a Petroalianza, acompanhada de (i) obrigação da Petroalianza de adquirir até 49% (quarenta e nove por cento) da participação societária na Lupatech Holanda pelo valor de US\$1,932 milhão de dólares dos Estados Unidos da América, em pagamentos mensais até 31 de julho de 2018, e (ii) a opção da Petroalianza de adquirir o remanescente da participação societária na Lupatech Holanda, de forma a adquirir o controle da Lupatech Colômbia, pelo valor mínimo de US\$3 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, se a opção for exercida até 31 de agosto de 2018, até o valor máximo de US\$4 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, se a opção for exercida até 31 de janeiro de 2019. Enquanto não for exercida a opção pela Petroalianza, os poderes políticos e econômicos da Lupatech Colômbia permanecem sob controle da Companhia.

Reorganização de Passivos e Adesão ao PERT

A publicação das medidas provisórias 783/17 e 807/2017 e que culminaram com a promulgação da Lei 13.496/2017, permitiu que a Lupatech, em 14 de novembro de 2017, promovesse a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

As condições do programa foram especialmente benéficas para a Companhia, visto que cada uma de suas entidades legais pode se beneficiar do PERT em sua máxima extensão, com a quitação mediante o pagamento de valores reduzidos em numerário, complementados pelo uso de prejuízos fiscais.

A Companhia com o referido programa, reorganizou o montante de R\$ 105,0 milhões do seu passivo, além de reduzir substancialmente passivos e contingências, o esforço da gestão das contingências passará a ser focado em um número menor de contingências estratégicas, associadas a arbitramento de lucro, amortização de ágios, incidência de ICMS em exportações e retenções de impostos na fonte.

A adesão exigiu pagamento de R\$ 4,7 milhões em espécie, e para a liquidação do restante, foram utilizados R\$ 42,5 milhões em prejuízos fiscais acumulados do Grupo (R\$ 31,1 milhões referente a débitos de competência da Secretaria Federal do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Brasil, e R\$ 11,4 milhões a débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e mais R\$ 18,0 milhões de prejuízos fiscais de sociedades investidas e coobrigados tributários, em conformidade com as condições do PERT.

O referido programa gerou um benefício direto ao Grupo Lupatech com descontos em juros, multas e encargos que totaliza R\$ 40,9 milhões, além de representar mais um importante passo da Companhia em seu processo de reestruturação.

Além dos benefícios obtidos com o PERT, diversas iniciativas da Companhia, tanto na esfera administrativa, como judicial reverteram em significativa redução das contingências.

Em especial a cia comunicou em 2 de fevereiro de 2018 aos seus acionistas e ao mercado em geral que obteve decisão favorável em Mandado de Segurança impetrado contra a Receita Federal do Brasil no sentido de assegurar-lhe o direito de retificação de sua DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais), com o fim de expurgar impostos que haviam sido declarados sem que houvesse o dever legal de fazê-lo, tendo o mérito sido apreciado e julgado favoravelmente à Lupatech. O magistrado, em juízo de 1º grau do qual cabe recurso, determinou que a Companhia seja autorizada pela Receita Federal a retificar suas declarações com o fim de expurgar os valores indevidamente registrados no prazo de 90 dias, estando suspensa a exigibilidade do crédito da Certidão de Dívida Ativa correspondente até o trânsito em julgado do mandamus. Os tributos afetados pela referida decisão estavam registrados no Passivo da Companhia pelo valor de R\$ 38.768.390,21, em 30 de setembro de 2017.

Perspectivas para 2018

A conversão de debêntures já noticiada e as que acontecerão mandatoriamente nos anos que seguirão, virão reforçar a posição patrimonial da Companhia, que encerrou o ano de 2017 em R\$ 9,14 por ação.

É fato que o Grupo Lupatech ainda tem dispêndios significativos provenientes do legado e da reestruturação, e há unidades de negócio operando ainda abaixo do ponto de equilíbrio. Com as medidas já tomadas e o recrudescimento das vendas, não deve tardar para que voltemos a uma condição de geração de caixa operacional.

Em razão do consumo de caixa das operações e das necessidades futuras de capital de giro, a Companhia precisará assegurar liquidez para a execução de seu plano de negócios, seja pela desmobilização de ativos do negócio de Serviços (Colômbia e equipamentos), seja pela venda de imóveis, seja pelo acesso ao mercado de capitais. Em 2017 essas alternativas eram bastante desafiadoras, mas a melhora de perspectivas nos deixa bastante confiantes na viabilidade de realização de algumas destas transações.

Por fim, embora as incertezas da economia e do mercado dificultem a ancoragem de expectativas de curto prazo, trabalhamos com metas de médio compatíveis com a capacidade instalada e a demanda esperada. Julgamos importante que, após tantos desafios, o mercado conheça nossos alvos: trabalhamos para que, num horizonte de 5 anos, a Companhia atinja vendas líquidas de R\$ 550 milhões em 2022 (equivalentes a 80% da capacidade instalada), com margem EBITDA de 17 a 23%. Obviamente, a consecução desses objetivos depende de variáveis que não estão sob nosso controle.

Considerando o ponto de partida, são objetivos certamente desafiadores. Mas olhando o passado da empresa, são números razoáveis para um *player* do gabarito e do porte da Lupatech, com seu histórico de liderança.

Evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais e índices)			
	2015	2016	2017
Ativo Circulante	235.735	162.544	224.321
Ativo Não Circulante	578.296	479.746	350.959
Passivo Circulante	211.624	141.126	126.620
Passivo Não Circulante	509.094	414.116	336.517
Liquidez Corrente	1,11	1,15	1,77
Liquidez Geral	1,13	1,16	1,24
Dívida Líquida	169.336	153.033	165.013
EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas	(20.428)	(7.173)	(21.975)
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	Inferior a zero	Inferior a zero	Inferior a zero

O endividamento financeiro total apresentou aumento de 8,4%, comparado o exercício de 2017 ao exercício de 2016, é consequência principalmente a variação cambial sobre empréstimos mantidos em moeda estrangeira, devido à valorização na moeda norte-americana frente ao Real, do acréscimo de juros e do efeito da redução do ajuste a valor presente sobre o endividamento sujeito à Recuperação Judicial.

O endividamento financeiro total apresentou redução de 23%, comparado o exercício de 2016 ao exercício de 2015, devido principalmente a reclassificação do saldo de fornecedores para longo prazo e registro de provisão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e *Bonds* no montante de R\$ 157,1 milhões, além de ajuste a valor justo de R\$ 298,5 milhões relativos a bônus de subscrição a serem emitidos conforme Plano de Recuperação Judicial da Companhia aprovado em 01 de dezembro de 2016.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Evolução da nossa Estrutura de Capital nos últimos 3 exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)			
	2015	2016	2017
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	720.718	555.242	463.137
Endividamento Financeiro Total	200.348	154.266	167.148
Outros passivos circulante e não circulante	520.370	400.976	295.989
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	93.313	87.048	112.143
Estrutura de Capital			
% Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	31,8%	36,1%	40,2%
% Endividamento Financeiro Total	68,2%	63,9%	59,8%
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	720.718	555.242	489.462
Passivo Total	814.031	642.290	575.280
% Passivo Total (Capital de Terceiros)	88,5%	86,4%	85,1%

A Estrutura de Capital, conforme calculada por nós, compreende o Patrimônio Líquido (capital dos acionistas) e o Endividamento Financeiro Total (capital de terceiros). Calculamos a composição da nossa Estrutura de Capital dividindo o Patrimônio Líquido pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total para calcular o percentual de Patrimônio Líquido na Estrutura de Capital, e dividindo o Endividamento Financeiro Total pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total para calcular o percentual de Endividamento Financeiro Total na Estrutura de Capital. Outras companhias podem calcular a Estrutura de Capital de maneira diferente da nossa.

Adicionalmente, o Endividamento Financeiro Total corresponde à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos não sujeitos à recuperação judicial) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos a recuperação judicial e, Debêntures e *Bonds* sujeitos a recuperação judicial).

Encerramos o exercício de 2017 com Estrutura de Capital composta de 59,8% de Endividamento Financeiro Total e 40,2% de Patrimônio Líquido. O nosso Endividamento Financeiro Total atualmente é composto créditos sujeito a Recuperação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Judicial oriundos de *Bonds*, Debêntures (detidas em maioria pelo BNDES) e de linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES e linhas de créditos com bancos comerciais não sujeitas à Recuperação Judicial.

No exercício de 2016, a estrutura de capital da Companhia era de 63,9% de Endividamento Financeiro Total e 36,1% de Patrimônio Líquido e no exercício de 2015, nossa Estrutura de Capital era composta de 68,2% de Endividamento Financeiro Total e 31,8% de Patrimônio Líquido. Neste período as fontes de financiamento foram substancialmente as mesmas de 2017.

i. Hipótese de resgate

Não existe previsão para resgate de ações ou quotas de capital da Companhia além das previstas em lei.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Atualmente, 80% do valor do endividamento total encontra-se no longo prazo, reduzindo significativamente a pressão de curto prazo no caixa da empresa para pagamento de tal endividamento.

O endividamento de curto prazo em grande parte corresponde a dívidas vencidas com o BNDES, com garantias de alienação fiduciária, não sujeitas à Recuperação Judicial, e que pendem de renegociação. Recentemente, em 2018, o juízo da Recuperação Judicial decidiu pela essencialidade da maioria dos bens dados em garantia, pelo que no curto prazo a empresa não precisaria dispor desses bens, mas a situação deverá resolver-se no médio prazo pela renegociação da dívida ou pela entrega dos bens.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)					
	2015		2016		2017	
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	31.145	15,5%	23.411	15,2%	33.358	20,0%
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	169.203	84,5%	130.855	84,8%	133.790	80,0%
Endividamento Financeiro Total	200.348	100,0%	154.266	100,0%	167.148	100,0%

No quadro abaixo está listado o principal indicador de capacidade de pagamento de dívida utilizado pela Companhia: nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas (Dívida Líquida / EDITDA Ajustado das Atividades Continuadas).

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais e índices)		
	2015	2016	2017
Dívida Líquida	169.336	153.033	165.013
EBITDA Ajustado	(20.428)	(7.173)	(21.975)
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Inferior a zero	Inferior a zero	Inferior a zero

A geração de caixa operacional negativa medida pelo EBITDA dos três últimos exercícios, mostra a insuficiência de geração de caixa para saldar compromissos. Tal fato, previsto no plano de negócios, vem sendo contornado com a venda de ativos não essenciais, principalmente. Esta deverá continuar sendo uma fonte importante de recursos para a cia. no curto e médio prazos. Em paralelo, a fim de buscar maior estabilidade na disponibilidade de capital de giro, a Companhia continua envidando esforço para captação de recursos junto a terceiros.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em função da nossa estratégia de crescimento, ao longo dos últimos anos foram concluídas diversas aquisições de empresas, utilizando como fonte de financiamento, principalmente, recursos da Oferta Primária de Ações realizada em 2006, e recursos da emissão de dívidas como (i) Debêntures Locais emitidas em 2006 e canceladas em 2007, (ii) Bônus Perpétuos emitidos em 2007 e 2008, e (iii) Debêntures Conversíveis em Ações emitidas em 2009. Durante os exercícios de 2010 e 2011 a Companhia contratou linhas de financiamento com bancos comerciais para financiar suas atividades operacionais e investimentos em ativos não circulantes. No curso do exercício de 2012 foi efetuada capitalização relevante de capital a qual foi a principal fonte de recursos para viabilizar parte do plano de investimentos do ano e financiar o capital de giro das operações. O suporte ao fluxo de caixa de curto prazo e melhoria de liquidez para a Companhia no curso do exercício de 2013 foi representado por importantes reforços de caixa advindos especialmente do processo de desinvestimento de ativos non-core, dentre eles a venda da unidade Tubular Services - Rio das Ostras, que contribuiu com o montante de R\$ 58,1 milhões, entrada de R\$ 49,6 milhões em 2013 e de R\$ 8,5 milhões em 2014. No exercício de 2014 tivemos a entrada de R\$ 14,0 milhões pela venda do terreno pertencente à Lupatech – Equipamentos e Serviços para petróleo Ltda – Em Recuperação Judicial, e dando continuidade ao processo de reestruturação de ativos, foram vendidas as operações das controladas argentinas Válvulas Worcester de Argentina S.A., Esferomatic S.A., Norpatagonica S.A., Válvulas W. San Luis e Industria Y Tecnologia en Aceros S.A., por US\$ 22,0 milhões. No exercício de 2015 foram vendidas a controlada indireta Jefferson Sudamericana S.A., e suas unidades Jefferson Solenoid Valves U.S.A., Inc., Valjeff S.A. de C.V. e Jefferson Solenoidbras Ltda. O preço final da aquisição foi de US\$5.700 mil, sendo que US\$ 4.281 mil foram pagos no fechamento, e US\$ 1.275 mil serão pagos em até 03 anos, contados da data de conclusão da venda, em não se materializando eventuais contingências apontadas pelo comprador, bem como em se verificando a recuperação de créditos de exportação retidos. No início de 2016, a Companhia efetivou a venda da participação societária detida pela Companhia na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, pelo valor de R\$ 28 milhões. No primeiro trimestre de 2017 foi efetivada a venda de máquinas e equipamentos pertencentes as unidades Sotep - Sociedade Técnica de Perfurações S/A – Em Recuperação Judicial e Lupatech – Equipamentos e Serviços para petróleo Ltda – Em Recuperação Judicial, num montante de R\$ 2,9 milhões. Ainda no exercício de 2017, foi vendido participação societária da sociedade controlada indireta Lupatech OFS S.A.S. para a Petroalianza International Ltd. em dois momentos durante o exercício: Em 25 de agosto de 2017, foi vendido 19,6% de participação, pelo valor de US\$2.000.000,00, com transação envolvendo obrigação de capitalização pela empresa adquirente e; em 07 de dezembro de 2017, foi vendido mais 13% de participação, pelo valor de US\$1.666.000,00, atingindo uma participação equivalente total de 49% em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia possui ativos classificados como mantidos para venda no encerramento do exercício de 2017, referente a imobilizados do segmento de serviços, no qual não estão em operação e em processo de negociação para venda. Esses bens montam um total líquido de depreciação registrados em R\$ 93,8 milhões.

A Administração da Companhia busca superar a crise econômico-financeira do Grupo Lupatech e reestruturar seus negócios, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial e melhorar a eficiência do capital de giro. Os esforços realizados até o momento aliado a demais oportunidades de desinvestimentos de ativos non-core, têm por objetivo reforçar a estrutura de caixa e de suporte às demandas operacionais previstas para o ano de 2018.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos utilizar recursos oriundos de desmobilizações de ativos para financiar necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Apresentamos abaixo a evolução do nosso endividamento financeiro nos últimos três exercícios sociais:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)		
	2015	2016	2017
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	31.145	23.411	33.358
Linhas de Financiamentos	31.145	23.411	33.358
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	169.203	130.855	133.790
Linhas de Financiamentos	169.203	130.855	133.790
Endividamento Financeiro Total	200.348	154.266	167.148
Caixa e Equivalentes de Caixa	(31.012)	(1.233)	(2.135)
Dívida Líquida	169.336	153.033	165.013

A Dívida Consolidada de Curto Prazo no encerramento do exercício de 2017 atingiu R\$ 33,3 milhões, aumento de 42,5% comparando com encerramento do exercício de 2016, devido principalmente a transferência de saldo de empréstimos para o curto prazo das operações da Colômbia, e variação cambial sobre empréstimos mantidos em moeda estrangeira.

A Dívida de Longo Prazo apresentou pequeno aumento de 2,2% ou R\$ 2,9 milhões no encerramento do exercício de 2017 quando comparada ao encerramento do exercício de 2016, devido principalmente ao registro de juros sobre os empréstimos Sujeitos a Recuperação Judicial atualizados a taxa de 3% ao ano mais TR.

O saldo total de Endividamento aumentou 8,4% no exercício de 2017 atingindo R\$ 167,1 milhões versus R\$ 154,3 milhões no exercício de 2016.

Com isso, a Dívida Líquida Consolidada, no exercício de 2017, foi de R\$ 165,0 milhões, aumento de 7,8% comparado com o exercício de 2016, consequência principalmente da variação cambial sobre empréstimos mantidos em moeda estrangeira, devido à valorização na moeda norte-americana frente ao Real, juros acumulados e atualização do cálculo do ajuste a valor presente.

Bônus perpétuos

Em 11 de julho de 2007 e 30 de junho de 2008, através de sua controlada no exterior Lupatech Finance Limited foram concluídas ofertas no exterior de bônus perpétuos, remunerados em 9,875% a.a. (8,8% a.a. taxa efetiva) no valor de US\$ 200 milhões e US\$ 75 milhões, respectivamente, com pagamento de juros trimestral.

Os bônus perpétuos poderiam ser resgatados, na paridade do seu valor de face, trimestralmente, a partir de julho de 2012. Os bônus perpétuos não possuíam data de vencimento para o valor do principal, mas poderiam tornar-se exigíveis em situações específicas, conforme definidas nos termos dos bônus perpétuos, na hipótese de descumprimento das obrigações definidas no contrato.

Os bônus não foram registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, ou o Securities Act. Os bônus foram oferecidos apenas a investidores institucionais qualificados sob a Regra 144A e para pessoas não americanas fora dos Estados Unidos, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com o U.S. Securities Regulation S. Os bônus eram listados na Bolsa de Luxemburgo. Os recursos obtidos com a oferta foram utilizados para financiar o plano de investimento da Companhia.

De acordo com os fatos relevantes divulgados para o mercado em 10 de abril de 2013, 10 de maio de 2013 e 10 de julho de 2013 a Companhia não efetuou o pagamento dos juros devidos naquelas datas aos titulares dos bônus perpétuos. Referida pendência possibilitou aos detentores de bônus perpétuos à chamada pelo vencimento imediato destes títulos, o que não ocorreu.

Em razão da situação de inadimplência a negociação dos bônus perpétuos na Bolsa de Valores de Luxemburgo foi suspensa.

A Companhia divulgou ao mercado plano de reestruturação do endividamento financeiro, equacionamento da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas, o qual foi apresentado a debenturistas, *bondholders* e instituições.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

De acordo com a estrutura proposta, os titulares de bônus perpétuos receberiam, em pagamento de seus créditos, o direito de subscrever *American Depositary Receipts* - ADRs por meio da capitalização do montante de 85% dos créditos decorrentes dos bônus perpétuos, sendo os 15% do saldo convertidos em novas notas, sobre as quais incidirão juros remuneratórios de 3% ao ano, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

Como resultado do processo, o montante de R\$ 572.258 de bônus perpétuos foi convertido em 2.289.031 ações da Companhia, ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,25 por ação e US\$ 47.850 mil reperfilado em Novas Notas - Bonds, sobre os quais incidirão juros remuneratórios de 3% ao ano, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia reconheceu ganho pela não conversão de parte dos bônus perpétuos em capital no montante de R\$ 36.244.

Em 08 de outubro de 2014 os bônus perpétuos foram cancelados.

Bonds - Novas Notas

Em 30 de setembro de 2014 o Conselho de Administração aprovou a emissão de Novas Notas – *Bonds*, no montante de US\$ 47.850 mil, representativas da dívida denominada em dólares dos Estados Unidos com valor de face equivalente a 15% do montante atualizado até 18 de julho de 2014 (inclusive principal e juros incorridos e não pagos) dos bônus perpétuos, pela Lupatech Finance Limited, de acordo com os termos e condições estabelecidos no plano de recuperação extrajudicial da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava saldo de Bonds de R\$ 127.968, registrado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2015, devido ao Plano de Recuperação Judicial, os Bonds e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuíam incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme determinação para pagamento desses credores no Plano de Recuperação Judicial.

Devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial originalmente apresentado, a Companhia apresentou um novo Plano de Recuperação Judicial, homologado em 01 de dezembro de 2016, onde sobre o saldo de empréstimos e financiamentos dos credores quirografários sujeitos à recuperação judicial, no qual estão classificadas os *Bonds*, 50% serão pagos por meio de bônus de subscrição conforme determinação do Novo Plano, e os 50% restantes serão pagos de acordo ao conograma aplicável aos créditos quirografários sendo que incidirão juros de 0,4% ao ano, a serem pagos 30 dias após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários, mais variação cambial.

Debêntures

Em 15 de abril de 2009, a Companhia emitiu 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, em série única, de colocação privada, conversíveis em ações ordinárias, com garantia flutuante, e valor nominal unitário de R\$ 1, com prazo de vencimento de nove anos, no montante total de até R\$ 320.000. Referidas debêntures eram remuneradas com base na variação do IPCA + 6,50% ao ano.

As debêntures poderiam ser convertidas em ações ordinárias de emissão da Companhia, a exclusivo critério dos debenturistas, a qualquer tempo a partir do encerramento do 2º ano contado da data de emissão. A remuneração deveria ser paga anualmente, sempre no dia 15 de abril, com o primeiro pagamento ajustado em 15 de abril de 2010.

Caso toda ou parte das debêntures não fossem convertidas em ações e sem que a condição de resgate antecipado fosse atingida, as mesmas fariam jus a prêmio de não conversão equivalente a R\$ 423,75 (quatrocentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal, atualizados pelo IPCA. O prêmio de vencimento, adicionado à remuneração de IPCA + 6,5% ao ano, ampliava a remuneração anual para IPCA + 10% ao ano.

Os compromissos de resgate antecipado, conversão das debêntures em ações e resgate sem conversão foram identificados pela Administração da Companhia como componentes contratuais que tinham a característica de, isoladamente,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

constituírem um derivativo embutido. Desta forma, os mesmos foram separados do contrato principal e avaliados pelo valor justo no resultado. Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o valor justo do derivativo embutido foi de zero e R\$ 442,30, respectivamente, por cada mil de debêntures de R\$1 de valor nominal. A variação do valor justo do derivativo embutido no exercício de 2014 totalizou um ganho de R\$ 819 (ganho de R\$ 13.526 no exercício de 2013), registrado no resultado financeiro do período.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Instrumento de dívida - debêntures	66.960	194.123
Derivativo embutido	-	124.642
Juros sobre debêntures	4.755	100.719
Total	<u>71.715</u>	<u>419.484</u>

Em 15 de abril 2014, a Companhia não efetuou o pagamento dos juros devidos naquela data, no montante total de R\$ 83.155, corresponde aos juros devidos e não pagos referentes ao exercício social de 2012 e 2013.

A Companhia divulgou ao mercado plano de reestruturação do endividamento financeiro, equacionamento da estrutura de capital e endividamento da Companhia e suas controladas, o qual foi apresentado a debenturistas, *bondholders* e instituições financeiras.

De acordo com a estrutura proposta os titulares de debêntures, por sua vez, recebiam o direito de subscrever novas ações por meio da capitalização de 85% dos créditos decorrentes das debêntures e os 15% de saldo em novas debêntures, sobre as quais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia.

Como resultado do processo, o montante de R\$ 364.985 de debêntures foi convertido em 1.459.938 ações da Companhia, ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,25 por ação e R\$ 66.960 reperfilados em novas debêntures, não conversíveis e sem garantia, sobre as quais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía saldo de debêntures de R\$ 71.715, registrado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2015, devido ao Plano de Recuperação Judicial, os *Bonds* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuíam incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme determinação para pagamento desses credores no Plano de Recuperação Judicial.

Devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial originalmente apresentado, a Companhia apresentou um novo Plano de Recuperação Judicial, homologado em 01 de dezembro de 2016, onde sobre o saldo de empréstimos e financiamentos dos credores quirografários sujeitos à recuperação judicial, no qual estão classificadas as debentures, 50% serão pagos por meio de bônus de subscrição em prazos e formas conforme determinação do Novo Plano, e sobre 50% restante dos créditos quirografários incidirão juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, a serem pagos 30 dias após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários.

Empréstimos e Financiamentos

As tabelas a seguir contêm o perfil de nosso endividamento, para os períodos indicados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		31/12/2015				31/12/2016				31/12/2017			
Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada	Circulante	Não circulante	Total	Taxas de juros ponderada	Circulante	Não circulante	Total	Taxas de juros ponderada	Circulante	Não circulante	Total
Sujeitos à Recuperação Judicial													
Moeda nacional													
Credores com garantia real	FIXO	3,00% a.a.	-	59.700	59.700	3,00% a.a. + TR	-	42.023	42.023	3,00% a.a. + TR	-	43.566	43.566
Credores quirografários	FIXO	3,00% a.a.	-	339.183	339.183	3,00% a.a. + TR	-	175.100	175.100	3,00% a.a. + TR	-	180.122	180.122
Ajuste a valor presente			-	(237.857)	(237.857)		-	(98.934)	(98.934)		-	(95.690)	(95.690)
			-	161.026	161.026		-	118.189	118.189		-	127.998	127.998
Não sujeitos à Recuperação Judicial													
Moeda nacional													
Capital de giro / expansão	CDI	8,84% a.a.	3.962	-	3.962	6,80% a.a.	1.778	-	1.778	6,80% a.a.	2.089	-	2.089
Capital de giro / expansão	TJLP	4,82% a.a.	10.724	-	10.724	5,94% a.a.	13.529	-	13.529	4,84% a.a.	17.018	-	17.018
Títulos descontados	-	33,45% a.a.	504	-	504	23,83% a.a.	1.564	-	1.564	34,33% a.a.	2.743	-	2.743
Cheque especial	FIXO	9,11% a.a.	4	-	4	213,4% a.a.	-	-	-	211,75% a.a.	30	-	30
			-	-	-		-	-	-		-	-	-
Moeda estrangeira													
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	2.543	-	2.543	7,48% a.a.	2.569	-	2.569	7,48% a.a.	3.156	-	3.156
Capital de giro / expansão	PESO COP	10,55% a.a.	13.408	8.177	21.585	13,83% a.a.	3.971	12.666	16.637	12,55% a.a.	8.322	5.792	14.114
			31.145	8.177	39.322		23.411	12.666	36.077		33.358	5.792	39.150
			31.145	169.203	200.348		23.411	130.855	154.266		33.358	133.790	167.148

Os empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial, tanto dos credores com garantia real como os credores quirografários, possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, conforme determinado no Novo Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2017 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 95.690, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2016 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$ 98.934, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2015 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos no montante R\$ 237.857, considerando a taxa de desconto de 14,25% ao ano, sendo que os valores foram revertidos no exercício de 2016 devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial originalmente apresentado.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão assim distribuídos:

Vencimento	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	-	-
2017	-	-	5.518
2018	-	7.514	2.509
2019	10.176	9.666	82
2020	5.902	4.984	4.475
2021	4.939	4.561	4.475
2022	4.939	4.561	4.475
2023	4.939	4.561	4.475
a partir de 2024	102.895	95.008	143.195
	<u>133.790</u>	<u>130.855</u>	<u>169.203</u>

As garantias dos Empréstimos e Financiamentos foram concedidas conforme segue:

		Valor da garantia			
		Controladora		Consolidado	
		Saldo Contábil (*)	Valor de avaliação (**)	Saldo Contábil (*)	Valor de avaliação (**)
Sujeito e não sujeitos à Recuperação Judicial					
Moeda nacional					
	Garantia				
Capital de giro / expansão	Hipoteca / edificações	35.872	103.220	35.872	103.220
Capital de giro / expansão	Máquinas e equipamentos	8.916	10.102	8.916	10.102
		<u>44.788</u>	<u>113.322</u>	<u>44.788</u>	<u>113.322</u>
Não Sujeito à Recuperação Judicial					
Moeda Estrangeira					
	Garantia				
Capital de giro / expansão	Próprio bem financiado	-	-	16.385	-
		-	-	16.385	-
		<u>44.788</u>	<u>113.322</u>	<u>61.173</u>	<u>113.322</u>

* Valores líquidos de depreciação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

** Avaliação conforme laudos elaborados pela Appraisal Avaliações e Engenharia Limitada, em julho de 2015, apresentados ao Juízo da Recuperação Judicial, demonstrados no quadro acima por mera referência.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Originalmente as relações de longo prazo com as instituições financeiras estão concentradas em parcelas de longo prazo de recursos tomados para capital de giro e investimentos junto a Instituições Financeiras, valores relacionados aos *Bonds* e dívidas de Debêntures. Atualmente estão suportadas pelo Novo Plano de Recuperação Judicial homologado em 01 de dezembro de 2016.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas classificadas como quirografárias no âmbito da Recuperação Judicial se equiparam e se subordinam à dívida com Garantia Real e aos créditos trabalhistas.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Alguns contratos de financiamento celebrados com instituições financeiras possuem cláusulas padrão de vencimento antecipado.

Cláusulas Restritivas Financeiras (Covenants)

A controlada indireta Lupatech OFS SAS possui *covenants* financeiros atrelados a contrato de leasing com Bancolombia, que relacionam a necessidade de manutenção de (a) EBITDA 2x maior que despesa de juros paga (b) Dívida / EBITDA até 3x. Em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta Lupatech OFS SAS atendeu aos *covenants*. O montante total do referido empréstimo é de R\$3.179 e está registrado no passivo circulante no montante R\$1.432, e R\$1.747 no passivo não circulante (montante total de R\$4.145 em 31 de dezembro de 2016, registrados R\$41 no passivo circulante e R\$4.104 no não circulante).

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui o saldo de R\$4.524 (R\$4.256 em 31 de dezembro de 2016) de notificação de cobrança pelo Banco Votorantim S/A referente à liquidação de aval prestado - garantia por carta de fiança solicitada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A para quitação de empréstimo entre Unifit - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba S/A e o BNB, no montante de R\$31.180, do qual a Companhia era garantidora em 50%. O crédito decorrente deste aval é sujeito à Recuperação Judicial havendo o Banco habilitado seu crédito.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Possuímos um limite para descontos de duplicatas junto a instituições financeiras de R\$ 10 milhões. Os vencimentos raramente superam 1 mês, portanto os limites tomados costumam ser baixos e variar continuamente. A instituições não são obrigadas contratualmente a aceitar as nossas duplicatas.

Não há linhas contratadas e, portanto, não há percentuais utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, as quais foram elaboradas de acordo com normas IFRS emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela Crowe Horwath Macro Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Descrição das Principais Contas da Demonstração de Resultado

Receitas Líquidas de Vendas e/ou Serviços: receita após as deduções correspondentes a cancelamentos, descontos e tributos incidentes sobre o faturamento. Nossas receitas consistem principalmente da venda de nossos produtos e prestação de serviços voltados ao setor de petróleo e gás.

Custo dos Produtos e/ou Serviços Vendidos: consistem principalmente dos custos na aquisição de matéria-prima, custos de produção e de mão-de-obra.

Despesas Operacionais: consistem principalmente de despesas com vendas, despesas administrativas e gerais, resultado financeiro líquido e outras despesas operacionais.

Despesas Gerais e Administrativas: Incluem basicamente gastos com pessoal, bem como com a remuneração dos administradores.

Despesas com Vendas: incluem gastos com publicidade; gastos com equipe de vendas, comissões a vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

Resultado Financeiro Líquido: incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, tributo incidente sobre movimentação financeira, variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

Outras Despesas Operacionais, líquidas: incluem os resultados operacionais, tais como resultados oriundos da venda de certos ativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido: referem-se ao imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre o lucro antes dos impostos. São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que atuamos, e geram resultados tributáveis. Os impostos diferidos foram mensurados considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável e incluem apenas as empresas tributadas pelo lucro real.

Comentários sobre as Principais Variações nas Contas da Demonstração de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, as principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) redução de Receitas/Despesas Operacionais e (ii) redução do Resultado Financeiro Líquido.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à nossa demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ mil)	2016	2017	Variação %
	Reapresentado		
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	138.486	112.366	-18,9%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(169.044)	(117.645)	-30,4%
Resultado Bruto	(30.558)	(5.279)	-82,7%
Receitas/Despesas Operacionais	(59.466)	(4.424)	-92,6%
Com Vendas	(7.591)	(15.114)	99,1%
Gerais e Administrativas	(38.162)	(28.381)	-25,6%
Remuneração dos Administradores	(5.576)	(3.499)	-37,2%
Resultado da Equivalência Patrimonial	(10.687)	6.182	-157,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2.550	36.388	1327,0%
Resultado Financeiro Líquido	50.786	(29.099)	-157,3%
Receitas Financeiras	456.422	44.080	-90,3%
Despesas Financeiras	(458.177)	(65.583)	-85,7%
Variação Cambial Líquida	52.541	(7.596)	-114,5%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(39.238)	(38.802)	-1,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(2.236)	(10.719)	379,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	64.800	45.419	-29,9%
Prejuízo das Operações Descontinuadas	-	-	n.a
Prejuízo (Lucro) Líquido do Período	23.326	(4.102)	-117,6%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2017 atingiu R\$ 112,5 milhões, versus R\$ 138,5 milhões apurados no exercício de 2016, uma redução de 18,9%.

Segmento de Produtos

No Segmento de Produtos apresentou crescimento das vendas em 25% comparando o exercício de 2017 com o exercício de 2016, e crescimento de 8% na Receita Líquida Consolidada, compreendendo somente os negócios de válvulas, visto que a unidade de cabos de ancoragem não operou no período de comparação.

O maior crescimento entre 2016 e 2017 se operou na unidade de válvulas de óleo e gás, que partiu de uma base bastante baixa em 2016 e contou com a captura de uma boa oportunidade de exportação no 1T17.

Comparando o ano de 2017 com o de 2016, o aumento de 5% na Receita Líquida na divisão de Válvulas Industriais decorre do esforço comercial, num ambiente onde verificamos uma retomada modesta de investimentos e manutenções no segmento industrial. O resultado poderia haver sido melhor, não houvessem algumas dificuldades de abastecimento de componentes no 4T17.

Segmento de Serviços

A redução de receitas na divisão de *Oilfield Services* Brasil ocorreu devido a finalização dos contratos de Chaves Hidráulicas e Flexitubo junto à Petrobrás em julho de 2017.

Já o crescimento contínuo da Receita Líquida da divisão *Oilfield Services* Colômbia ao longo de todo o ano se deve não só à recuperação do mercado colombiano, mas também a captura de negócios e oportunidades em razão da recapitalização da empresa colombiana.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto no exercício de 2017 foi negativo de R\$ 5,2 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ 30,6 milhões no exercício de 2016 em decorrência da redução da Receita Líquida Consolidada de R\$ 26,1 milhões (18,9%) e dos custos Consolidados de R\$ 51,4 milhões (30,4%).

Segmento de Produtos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Observando a variação ocorrida comparando 2017 versus 2016, em que pese o aumento das vendas, a redução de margem bruta resultou do peso dos negócios de exportação que, com margem menor, foram mais representativos em 2017. Também influenciou o menor resultado a baixa margem praticada no negócio de válvulas de óleo e gás no período, em que perseguimos a retomada de volumes.

Segmento de Serviços

Analisando 2017 versus 2016 observa-se uma excelente melhora de resultados, devido à redução de custos com serviços, principalmente com custos de pessoal, encerramento de contratos deficitários e ao hercúleo trabalho de reestruturação empreendido.

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas aumentaram 99,1% no exercício de 2017 em comparação com o de 2016, passando de R\$ 7,6 milhões em 2016 para R\$ 15,1 milhões em 2017, principalmente devido a diminuição da Receita líquida.

O aumento das Despesas com Vendas no Segmento de produtos se deu principalmente pelo registro de perdas efetivas com clientes da divisão de Cabos de Ancoragem, no montante de R\$ 8,9 milhões devido à incerteza de recebimento de valores disputados com um grande cliente.

No Segmento de Serviços, comparando o ano de 2017 versus 2016 as Despesas com Vendas tiveram uma redução tendo como motivo principal a redução de atividade na divisão *Oilfield Services* Brasil, e também ao reconhecimento de R\$ 1,0 milhão de multas de clientes na divisão de Tubular Services e *Coating* em 2016.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram 25,6% no exercício de 2017 em comparação com 2016, passando de R\$ 38,2 milhões em 2016 para R\$ 28,4 milhões em 2017, em decorrência principalmente da redução do pessoal administrativo.

Os Honorários dos Administradores reduziram 37,2% no comparativo do exercício de 2017 com o de 2016, passando de R\$ 5,6 milhões em 2016 para R\$ 3,5 milhões em 2017, devido principalmente em decorrência da redução do número de diretores e menor dispêndio com remuneração variável.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais aumentaram significativamente no exercício de 2017 em comparação com 2016, passando de R\$ 2,5 milhões de receita em 2016 para R\$ 36,4 milhões de receita em 2017.

As Receitas Operacionais tiveram um aumento de R\$ 81,3 milhões no exercício de 2017 em comparação com 2016, passando de R\$ 68,9 milhões para R\$ 150,2 milhões. As principais receitas ocorridas foram: (i) R\$ 54,6 milhões referente a reversão de ajuste a valor justo das contingências assumidas na combinação de negócio da San Antonio S/A; (ii) de R\$ 26,7 milhões de Reversão de *impairment*; (iii) R\$ 11,8 milhões de Receita de venda e investimento.

As Despesas Operacionais tiveram um aumento de R\$ 47,5 milhões no exercício de R\$ 2017 em comparação a 2016, passando de R\$ 66,4 milhões em 2016 para R\$ 113,9 milhões em 2017. As principais despesas foram: (i) R\$ 41,9 milhões de Perda por *impairment*; (ii) R\$ 16,2 milhões de custo de investimento vendido; R\$ 10,2 de ociosidade de produção; (iii) R\$ 25,0 milhões de perdas com processos judiciais com PERT.

Resultado Financeiro Líquido

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2017 atingiu R\$ 44,1 milhões versus R\$ 456,4 milhões no exercício de 2016, um redução de 90,3%, devido principalmente aos eventos ocorridos em 2016 e não recorrentes em 2017, são eles: (i) registro da receita de ajuste a valor presente dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial no montante de R\$ 157,1 milhões; e (ii) ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 292,1 milhões referente aos bônus de subscrição a serem emitidos de acordo com a aprovação e homologação ocorridas em 01 de dezembro de 2016 do Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) reduziram consideravelmente no exercício de 2017 em comparação com o de 2016, atingindo R\$ 65,6 milhões versus R\$ 458,2 milhões em 2016 devido principalmente à reversão de ajustes a valor presente da dívida sujeita à Recuperação Judicial em decorrência da anulação do primeiro plano homologado e da redução de despesas com juros, a qual diminuiu R\$ 27,8 milhões em 2017 versus 2016.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2017 resultou em despesa de R\$ 7,6 milhões versus uma receita de R\$ 52,5 milhões no exercício de 2016 afetada pela desvalorização na moeda norte-americana frente ao Real em 2017.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2017 resultou em despesa de R\$ 29,1 milhões versus uma receita de R\$ 50,8 milhões em 2016.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2017 foi prejuízo de R\$ 4,1 milhões, comparado com lucro de R\$ 23,3 milhões em 2016. Os principais eventos extraordinários que contribuíram para tal resultado no exercício de 2017 foram despesas de: (i) R\$ 15,2 milhões de efeito líquido negativo dos ajustes por *impairment*; (ii) R\$ 5,9 milhões de despesas com perda de obsolescência dos estoques; (iii) R\$ 8,9 milhões de perda efetivas de clientes da divisão de Cabos de Ancoragem, devido à grande probabilidade de incerteza de recebimento; (iv) resultado líquido negativo de venda de investimento R\$4,4 milhões; (v) R\$ 25,0 milhões de reconhecimento de contingências, respectivos juros e multa e despesas aduaneiras para adesão ao PERT, e Receitas de: (i) R\$ 54,6 milhões referente a reversão de ajuste a valor justo das contingências assumidas na combinação de negócio da San Antonio S/A; (ii) Receita de redução de multa, juros e encargos adesão ao PERT em R\$ 40,8 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as principais variações ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) redução do Lucro Bruto e (ii) redução do Resultado Financeiro Líquido.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à nossa demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ mil)	2015	2016	Variação %
		Reapresentado	
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	268.294	138.486	-48,4%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(278.529)	(169.044)	-39,3%
Lucro Bruto	(10.235)	(30.558)	198,6%
Receitas/Despesas Operacionais	(269.571)	(59.466)	-77,9%
Com Vendas	(8.811)	(7.591)	-13,8%
Gerais e Administrativas	(47.694)	(38.162)	-20,0%
Remuneração dos Administradores	(6.347)	(5.576)	-12,1%
Resultado da Equivalência Patrimonial	21.946	(10.687)	-148,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(228.665)	2.550	-101,1%
Resultado Financeiro Líquido	319.679	50.786	-84,1%
Receitas Financeiras	399.186	456.422	14,3%
Despesas Financeiras	(24.523)	(458.177)	1768,4%
Variação Cambial Líquida	(54.984)	52.541	-195,6%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	39.873	(39.238)	-198,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(2.666)	(2.236)	-16,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(90.381)	64.800	-171,7%
Prejuízo das Operações Descontinuadas	(21.963)	-	n/a
Prejuízo (Lucro) Líquido do Período	(75.137)	23.326	-131,0%

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2016 atingiu R\$ 138,5 milhões, versus R\$ 268,3 milhões apurados no exercício de 2015, uma redução de 48,4%.

O Segmento de Produtos apresentou redução de 6,9% na Receita Líquida Consolidada do exercício de 2016 em comparação a 2015, passando de R\$ 29,9 milhões em 2015 para R\$ 27,9 milhões em 2016. A redução foi especialmente sentida nas divisões de Válvulas *Oil&Gas* e Cabos de Ancoragem, sendo que a retomada da carteira de pedidos ocorre de forma lenta, mas constante em especial no segmento de Válvulas *Oil&Gas*, resultado de uma retomada gradual da demanda do segmento. A divisão de Válvulas Industriais por outro lado, apresentou crescimento de 48,3% no exercício de 2016 em comparação a 2015, passando de R\$ 14,9 milhões em 2015 para R\$ 22,1 milhões, principalmente em função do melhor equilíbrio financeiro da empresa ao longo do ano de 2016.

O Segmento de Serviços apresentou uma forte redução na Receita Líquida Consolidada passando de R\$ 238,4 milhões no exercício de 2015 para R\$ 110,6 milhões no exercício de 2016, redução de 53,6%. Um dos principais fatores que ocasionaram a redução da Receita Líquida Consolidada no Segmento de Serviços desse período foi a queda de 77,1% da Receita Líquida na divisão de Tubular *Services & Coating*, em função do término de contratos existentes, função principal da queda da demanda. Adicionalmente houve uma significativa queda da Receita Líquida nas Operações da Colômbia de 60,1% de 2015 para 2016, afetadas pela redução do preço de petróleo, que impactou fortemente a demanda de serviços pelos clientes. As operações da divisão de *Oilfield Services* Brasil apresentaram uma redução da Receita Líquida de 44,7%, principalmente em função do término de contratos existentes, sem que os mesmos sejam aditivados, resultado da redução da demanda de serviços da Petrobras.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) consolidado, apresentou redução de 39,3% no exercício de 2016 em comparação com o de 2015, atingindo R\$ 169,0 milhões em 2016 versus R\$ 278,5 milhões em 2015, menor que a Receita Líquida Consolidada que foi de 48,4%.

Em 2016 comparativamente a 2015, no Segmento de Serviços, a redução do CPV foi de 43,2% em 2016 versus 2015 enquanto a redução da Receita Líquida desse Segmento no mesmo período foi de 53,6%. Já no Segmento de Produtos, a redução do CPV foi de 7,7% em 2016 comparado a 2015, mantendo-se em linha com a redução da Receita Líquida no mesmo período. Tanto no Segmento de Produtos quanto no Segmento de Serviços, a redução do CPV Consolidado ocorreu principalmente devido à redução dos custos operacionais como resultado do processo de reestruturação da Companhia para adequação ao patamar de receitas, sendo os custos com pessoal a maior parte dessas reduções (R\$ 65,1 milhões de redução no exercício de 2016 em relação ao de 2015).

Lucro Bruto

O Lucro Bruto no exercício de 2016 foi negativo de R\$ 30,6 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ 10,2 milhões no exercício de 2015 em decorrência da redução da Receita Líquida Consolidada de R\$ 129,8 milhões (48,4%), dos custos com rescisões que somaram R\$ 11,9 milhões e ao impacto dos custos fixos. A Margem Bruta Total apresentou queda de 18,3 pontos percentuais em 2016 quando comparado a de 2015.

Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas reduziram 13,8% no exercício de 2016 em comparação com o de 2015, passando de R\$ 8,8 milhões em 2015 para R\$ 7,6 milhões em 2016, principalmente devido a diminuição da Receita Líquida.

As Despesas com Vendas no Segmento de Serviços aumentaram 246% no exercício de 2016 comparado ao de 2015, em especial devido à reversão de multas de clientes em um montante aproximado de R\$ 2,8 milhões no exercício de 2015, mas não recorrentes no de 2016, além da diminuição de despesas com salários, fretes e reversão para devedores duvidosos no montante total de R\$ 0,5 milhão aproximadamente. No Segmento de Produtos as Despesas com Vendas diminuíram 41,9% do exercício de 2016 em comparação ao de 2015, tendo como motivo principal a redução da Receita Líquida na divisão de Válvulas *Oil&Gas* e Cabos de Ancoragem.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram 20,0% no exercício de 2016 em comparação com 2015, passando de R\$ 47,7 milhões em 2015 para R\$ 38,2 milhões em 2016. Tal redução refere-se principalmente à redução das despesas com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

peçoal no Segmento de Serviços. No Segmento de Produtos, as Despesas Administrativas aumentaram 1,7% no comparativo do exercício de 2016 com o de 2015, devido principalmente a despesas de R\$ 0,4 milhões com reexportação de fios na divisão de Cabos e Ancoragem.

Os Honorários dos Administradores reduziram 12,1% no comparativo do exercício de 2016 com o de 2015, passando de R\$ 6,3 milhões em 2015 para R\$ 5,6 milhões em 2016.

Resultado Financeiro Líquido

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2016 atingiu R\$ 456,4 milhões versus R\$ 399,2 milhões no exercício de 2015, um aumento de 14,3%, devido principalmente ao registro em 2015 da receita de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões versus R\$ 157,1 milhões no exercício de 2016 e ao registro de ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 292,1 milhões referente aos bônus de subscrição a serem emitidos conforme Novo Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado em 01 de dezembro de 2016.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) aumentaram consideravelmente no exercício de 2016 em comparação com o de 2015, atingindo R\$ 458,2 milhões versus R\$ 24,5 milhões em 2015 devido principalmente aos seguintes fatores ocorridos no exercício de 2016: (i) reversão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões (provisão de R\$ 394,8 milhões em 2015); (ii) registro de R\$ 21,4 milhões de multas e juros de mora sobre contingências e débitos tributários não recorrentes em 2015; (iii) registro de despesas com juros no montante de R\$ 41,3 milhões (R\$ 22,6 milhões em 2015); (iv) descontos concedidos no montante de R\$ 0,8 milhão não recorrentes em 2015 e provisão de juros sobre fornecedores no montante de R\$ 6,2 milhões (reversão de R\$ 8,6 milhões em 2015).

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2016 resultou em receita de R\$ 52,5 milhões versus uma despesa de R\$ 55,0 milhões no exercício de 2015 afetada pela desvalorização de 16,5% na moeda norte-americana frente ao Real em 2016.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2016 resultou em receita de R\$ 50,8 milhões versus uma receita de R\$ 319,7 milhões em 2015 devido principalmente aos seguintes registros: (i) ajuste a valor justo no montante de R\$ 292,1 milhões referente ao bônus de subscrição a serem emitidos conforme Novo Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado em 01 de dezembro de 2016; (ii) reversão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões (provisão de R\$ 394,8 milhões em 2015); (iii) receita de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 157,0 milhões; (iv) registro de R\$ 21,4 milhões de multas e juros de mora sobre contingências e débitos tributários não recorrentes em 2015, provisão de juros sobre fornecedores no montante de R\$ 6,2 milhões (reversão de R\$ 8,6 milhões em 2015) e provisão de despesas com juros no montante de R\$ 41,3 milhões (R\$ 22,6 milhões em 2015).

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2016 foi um lucro de R\$ 23,3 milhões, comparado com prejuízo de R\$ 75,1 milhões em 2015. Os principais eventos extraordinários que contribuíram para tal desempenho no exercício de 2016 foram: (i) R\$ 394,8 milhões de reversão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds*, e R\$ 157,1 milhões de provisão no 4T16 (R\$ 394,8 milhões de provisão em 2015); (ii) ajuste a valor justo no montante de R\$ 292,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 referente aos bônus de subscrição a serem emitidos conforme Novo Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado em 01 de dezembro de 2016; (iii) R\$ 11,7 milhões de perda na alienação de ativo imobilizado (R\$ 2,5 milhões em 2015); (iv) 11,7 de despesa com ociosidade de produção (R\$ 26,1 milhões em 2015); (v) R\$ 3,6 milhões de provisão para perdas de obsolescência de estoques (R\$ 13,3 milhões em 2015); (vi) R\$ 3,6 milhões de provisão para perdas extraordinárias de estoque e ajuste a valor de mercado no exercício de 2016 e não recorrentes no de 2015; (vii) R\$ 13,3 milhões de receita com a baixa do investimento Vicinay Marine S.L; (viii) R\$ 28,4 milhões de reversão da provisão de perda pela não recuperabilidade de ativos imobilizado decorrentes do novo teste de *impairment* realizado no exercício de 2016 e provisão para perda de recebimento de outras contas a receber devido à grande probabilidade da incerteza do recebimento totalizaram R\$ 14,5 milhões.

Descrição sobre as Principais Variações nas Contas do Balanço Patrimonial

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2017 comparado a 31 de dezembro de 2016

Na comparação das nossas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

	2016		
Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ mil)	Reapresentado	2017	Variação %
Ativo Total	642,290	575,280	-10.4%
Ativo Circulante	162,544	224,321	38.0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1,233	2,135	73.2%
Títulos e Valores Mobiliários	1,541	807	-47.6%
Contas a Receber de Clientes	44,912	26,906	-40.1%
Estoques	56,691	59,164	4.4%
Impostos a Recuperar	29,603	26,101	-11.8%
Outras Contas a Receber	6,394	4,556	-28.7%
Despesas Antecipadas	3,285	1,264	-61.5%
Adiantamento a Fornecedores	14,095	13,534	-4.0%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	4,790	89,854	1775.9%
Ativo Não Circulante	479,746	350,959	-26.8%
Títulos e Valores Mobiliários	2,046	927	-54.7%
Depósitos Judiciais	24,657	31,222	26.6%
Impostos a Recuperar	37,040	41,759	12.7%
Outras Contas a Receber	16,885	13,505	-20.0%
Ativos classificados como mantidos para venda	-	3,932	n/a
Investimentos	676	676	0.0%
Imobilizado	281,730	143,178	-49.2%
Intangível	116,712	115,760	-0.8%
Passivo Total	642,290	575,280	-10.4%
Passivo Circulante	141,126	126,620	-10.3%
Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	18,506	25,264	36.5%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	6,517	7,719	18.4%
Empréstimos e Financiamentos	23,411	33,358	42.5%
Salários, Provisões e Contribuição Social	8,272	9,009	8.9%
Comissões a Pagar	897	928	3.5%
Impostos a Recolher	23,488	22,628	-3.7%
Salários e Provisões - Sujeitos à Recuperação Judicial	32,628	18,596	-43.0%
Adiantamento de Clientes	2,452	2,565	4.6%
Participação no Resultado	-	620	n/a
Outras Contas a Pagar	23,850	4,771	-80.0%
Provisão Multas Contratuais	1,105	1,162	5.2%
Passivo Não Circulante	414,116	336,517	-18.7%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	65,862	73,247	11.2%
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	-	67	n/a
Empréstimos e Financiamentos - Sujeitos a Recuperação Judicial	118,189	127,998	8.3%
Empréstimos e Financiamentos - Não Sujeitos a Recuperação Judicial	12,666	5,792	-54.3%
Impostos a Recolher	10,047	5,950	-40.8%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	56,526	49,212	-12.9%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	123,977	54,410	-56.1%
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	-	8,184	n/a
Outras Contas a Pagar	7,669	3,223	-58.0%
Provisão para Passivo a Descoberto em Controladas	19,180	8,434	-56.0%
Patrimônio Líquido	87,048	112,143	28.8%
Capital Social	1,853,684	1,853,684	0.0%
Reserva de Capital	6,341	6,341	0.0%
Reserva e Transação de Capital	136,183	136,183	0.0%
Opções Outorgadas	13,549	13,549	0.0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	65,617	65,969	0.5%
Prejuízos Acumulados	(1,988,326)	(1,989,908)	0.1%
Atribuído a participação dos acionistas não-controladores	-	26,325	n/a

Ativo Circulante

O Ativo Circulante aumentou 38,0%, passando de R\$ 162,5 milhões no exercício de 2016 para R\$ 224,3 milhões no exercício de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Caixa e Equivalentes de Caixa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa aumentou reduziu 73,2%, ou R\$ 0,9 milhões, passando de R\$ 1,2 milhão no exercício de 2016 para R\$ 2,1 milhões no exercício de 2017, devido aos saldos constantes em caixa e bancos no exterior refere-se, aos valores recebidos remanescente em 31 de dezembro de 2017, pela venda de participação societária, em 07 de dezembro de 2017, de 13% da sociedade Lupatech OFS S.A.S, subsidiária colombiana da Companhia (conforme nota explicativa nº 2.4.1), registrados na sua controladora Lupatech OFS Cöoperatief U.A. em R\$1.130, e também valores do aporte de capital realizados pela Petroalanza International Ltd., na OFS S.A.S., num saldo restante em caixa de R\$852, nesta data.

Contas a Receber de Clientes

O saldo de Contas a Receber de Clientes reduziu 40,1%, ou R\$ 18,0 milhões, passando de R\$ 44,9 milhões no exercício de 2016 para R\$ 26,9 milhões no exercício de 2017. Em conjunto com a queda da receita, tivemos R\$ 8,9 milhões referente ao registro de perdas efetivas com clientes da divisão de Cabos de Ancoragem, devido à grande probabilidade da incerteza de recebimento.

Ativos Classificados como Mantidos para Venda

O saldo de Ativos Classificados como Mantidos para Venda aumentou significativamente, passando de R\$ 4,8 milhões no exercício de 2016 para R\$ 89,8 milhões em 2017, devido a reclassificação de imobilizados do segmento de serviços, no qual não estão em operação e em processo de negociação para venda.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante reduziu 26,8%, ou R\$ 128,8 milhões, passando de R\$ 479,7 milhões no exercício de 2016 para R\$ 350,9 milhões no exercício de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pela variação do item abaixo:

Imobilizado

O saldo do Imobilizado Líquido reduziu 49,2%, ou R\$ 138,5 milhões, passando de R\$ 281,7 milhões no exercício de 2016 para R\$ 143,2 milhões no exercício de 2017, devido especialmente a reclassificação para ativos mantidos para venda de imobilizados do segmento de serviços, no qual não estão em operação e em processo de negociação para venda e também efeito líquido negativo dos ajustes por *impairment* em R\$15,2 milhões.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante reduziu 10,3%, ou R\$ 14,5 milhões, passando de R\$ 141,1 milhões no exercício de 2016 para R\$ 126,6 milhões no exercício de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Salários e Provisões – Sujeitos à Recuperação Judicial

O saldo da conta Salários e Provisões – Sujeitos à Recuperação Judicial, reduziu 43% ou R\$ 14,0 milhões, passando de R\$ 32,6 milhões no exercício de 2016 para R\$ 18,6 milhões em 2017, devido principalmente a transferência de valores para o passivo não circulante no montante de R\$ 8,2 milhões, como também, ajustes de valores e baixas, conforme atualização da lista de credores classe I do Plano de Recuperação Judicial.

Outras Contas a Pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar reduziu 80,8%, ou R\$ 19,1 milhões, passando de R\$ 23,8 milhões no exercício de 2016 para R\$ 4,8 milhões no exercício de 2016, devido a despesas aduaneiras reconhecidas no contexto da adesão ao PERT em R\$16,6 milhões.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante reduziu 18,7%, ou R\$ 77,6 milhões, passando de R\$ 414,1 milhões no exercício de 2016 para R\$ 336,5 milhões no exercício de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo da conta de Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis reduziram 56,1% ou R\$ 69,6 milhões, passando de R\$ 123,9 milhões no exercício de 2016 para R\$ 54,4 milhões no exercício de 2017, devido principalmente a adesão de processos contingentes tributários ao PERT.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido aumentou 28,82%, ou R\$ 25,1 milhões, passando de R\$ 112,1 milhões no exercício de 2016 para R\$ 87,0 milhões no exercício de 2017, devido principalmente, ao valor atribuído a participação dos acionistas não-controladores em R\$ 26,3 milhões, e ao efeito do ajuste de conversão das investidas no exterior.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Lupatech em 31 de dezembro de 2016 comparado a 31 de dezembro de 2015

Na comparação das nossas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as principais variações ocorreram em função de: (i) Passivo Circulante; (ii) Passivo Não Circulante; e (iii) Patrimônio Líquido.

		<u>2016</u>	
Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ mil)	2015	Reapresentado	Variação %
Ativo Total	814,031	642,290	-21.1%
Ativo Circulante	235,735	162,544	-31.0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	31,012	1,233	-96.0%
Títulos e Valores Mobiliários	1,163	1,541	32.5%
Contas a Receber de Clientes	62,330	44,912	-27.9%
Estoques	56,349	56,691	0.6%
Impostos a Recuperar	30,976	29,603	-4.4%
Outras Contas a Receber	7,715	6,394	-17.1%
Despesas Antecipadas	4,672	3,285	-29.7%
Adiantamento a Fornecedores	26,234	14,095	-46.3%
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	15,284	4,790	-68.7%
Ativo Não Circulante	578,296	479,746	-17.0%
Títulos e Valores Mobiliários	5,640	2,046	-63.7%
Depósitos Judiciais	22,275	24,657	10.7%
Impostos a Recuperar	40,455	37,040	-8.4%
Outras Contas a Receber	33,384	16,885	-49.4%
Investimentos	676	676	0.0%
Imobilizado	354,862	281,730	-20.6%
Intangível	121,004	116,712	-3.5%
Passivo Total	814,031	642,290	-21.1%
Passivo Circulante	211,624	141,126	-33.3%
Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	29,084	18,506	-36.4%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	6,517	6,517	0.0%
Empréstimos e Financiamentos	31,145	23,411	-24.8%
Salários, Provisões e Contribuição Social	23,005	8,272	-64.0%
Comissões a Pagar	1,131	897	-20.7%
Impostos a Recolher	61,448	23,488	-61.8%
Salários e Provisões - Sujeitos à Recuperação Judicial	33,462	32,628	-2.5%
Adiantamento de Clientes	3,783	2,452	-35.2%
Participação no Resultado	767	-	n/a
Outras Contas a Pagar	19,259	23,850	23.8%
Provisão Multas Contratuais	2,023	1,105	-45.4%
Passivo Não Circulante	509,094	414,116	-18.7%
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	72,018	65,862	-8.5%
Empréstimos e Financiamentos - Sujeitos a Recuperação Judicial	161,026	118,189	-26.6%
Empréstimos e Financiamentos - Não Sujeitos a Recuperação Judicial	8,177	12,666	54.9%
Impostos a Recolher	9,000	10,047	11.6%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120,947	56,526	-53.3%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	125,301	123,977	-1.1%
Outras Contas a Pagar	8,965	7,669	-14.5%
Provisão para Passivo a Descoberto em Controladas	3,660	19,180	424.0%
Patrimônio Líquido	93,313	87,048	-6.7%
Capital Social	1,853,684	1,853,684	0.0%
Reserva de Capital	-	6,341	n/a
Reserva e Transação de Capital	136,183	136,183	0.0%
Opções Outorgadas	13,549	13,549	0.0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	126,671	65,617	-48.2%
Prejuízos Acumulados	(2,036,774)	(1,988,326)	-2.4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

O Ativo Circulante reduziu 31,0%, passando de R\$ 235,7 milhões no exercício de 2015 para R\$ 162,5 milhões no exercício de 2016. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa reduziu 96,0%, ou R\$ 29,8 milhões, passando de R\$ 31,0 milhão no exercício de 2015 para R\$ 1,2 milhões no exercício de 2016, devido especialmente ao recebimento de receitas retidas ao longo de aproximadamente dois anos pelo principal cliente, decorrentes dos projetos de Chave Hidráulica, Lifting Frame e Flexitubo no Segmento de Serviços ocorridas no último mês do ano 2015. Tais recursos foram utilizados para o reequilíbrio do capital giro e pagamentos atrasados resultado da retenção ao longo do período.

Contas a Receber de Clientes

O saldo de Contas a Receber de Clientes reduziu 27,9%, ou R\$ 17,4 milhões, passando de R\$ 62,3 milhões no exercício de 2015 para R\$ 44,9 milhões no exercício de 2016. Em conjunto com a queda da receita, o recebimento de clientes da divisão *Oilfield Services* Brasil foi o principal fator que resultou na queda do saldo de Contas a Receber.

Adiantamento a fornecedores

O saldo de adiantamento a fornecedores reduziu 46,3%, ou R\$ 12,1 milhões, passando de R\$ 26,2 milhões no exercício de 2015 para R\$ 14,1 milhões no exercício de 2016. Tal variação justifica-se pela redução com fornecedores e/ou compensações de adiantamentos com saldos devedores, principalmente no Segmento de Serviços.

Ativos Classificados como Mantidos para Venda

O saldo de Ativos Classificados como Mantidos para Venda reduziu R\$ 10,5 milhões ou 68,7% devido a baixa pela efetivação da venda da participação societária detida pela Companhia na sociedade espanhola *Vicinay Marine, S.L.*, num montante total de ativos de R\$ 15,3 milhões. Adicionalmente houve adição de saldo de máquinas e equipamentos disponíveis para venda de R\$ 4,8 milhões.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante reduziu 17,0%, ou R\$ 98,6 milhões, passando de R\$ 578,3 milhões no exercício de 2015 para R\$ 479,7 milhões no exercício de 2016. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Outras Contas a Receber

O saldo de Outras Contas a Receber reduziu 49,4%, ou R\$ 16,5 milhões, passando de R\$ 33,4 milhões no exercício de 2015 para R\$ 16,9 milhões no exercício de 2016, devido principalmente a baixa da provisão de recebíveis por grande probabilidade de incerteza de realização.

Imobilizado

O saldo do Imobilizado Líquido reduziu 20,6%, ou R\$ 73,1 milhões, passando de R\$ 354,9 milhões no exercício de 2015 para R\$ 281,7 milhões no exercício de 2016, devido especialmente ao reconhecimento da depreciação no montante de R\$ 46,5 milhões, do efeito de variação cambial sobre o ativo imobilizado das controladas no exterior no montante de R\$ 21,8 milhões em função da desvalorização de 16,5% na moeda norte-americana frente ao Real no exercício de 2015. Outro fator importante que influenciou na queda do imobilizado a reversão de R\$ 28,4 milhões decorrentes do novo teste de *impairment* realizado no exercício de 2016.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante reduziu 33,3%, ou R\$ 70,5 milhões, passando de R\$ 211,6 milhões no exercício de 2015 para R\$ 141,1 milhões no exercício de 2016. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Fornecedores – Não Sujeitos à Recuperação Judicial

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo da conta de Fornecedores – Não Sujeitos à Recuperação Judicial reduziu 36,4% ou R\$ 10,6 milhões, passando de R\$ 29,1 milhões no exercício de 2015 para R\$ 18,5 milhões no exercício de 2016, principalmente no mercado interno do Segmento de Serviços em função do término de contratos existentes de prestação de serviços.

Salários, Provisões e Contribuição Social

O saldo da conta Salários, Provisões e Contribuição Social reduziu 64% ou R\$ 14,7 milhões, passando de R\$ 23,0 milhões em no exercício de 2015 para R\$ 8,3 milhões em 2016, devido principalmente a redução do quadro de funcionários da Companhia que era composto no exercício de 2015 com 1.585 colaboradores versus 718 no exercício de 2016.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante reduziu 18,7%, ou R\$ 95 milhões, passando de R\$ 509,1 milhões no exercício de 2015 para R\$ 414.1 milhões no exercício de 2016. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Empréstimos e Financiamentos – Sujeitos a Recuperação Judicial

O saldo da conta de Empréstimos e Financiamentos - Sujeitos à Recuperação Judicial reduziu 26,6% ou R\$ 42,8 milhões, passando de R\$ 161,0 no exercício de 2015 para R\$ 118,2 milhões no exercício de 2016, devido principalmente ao registro de provisão de ajuste a valor presente e do bônus de subscrição dos empréstimos, debêntures e dos *Bonds*, em resultado da aprovação e homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia em 01 de dezembro de 2016.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido reduziu 6.2%, ou R\$ 6,3 milhões, passando de R\$ 93,3 milhões no exercício de 2015 para R\$ 87,0 milhões no exercício de 2016, devido principalmente ao efeito negativo do ajuste de conversão das investidas no exterior, afetado pela desvalorização de 16,5% na moeda norte-americana frente ao Real em 2016.

Liquidez e Recursos de Capital

Fontes e Usos de Recursos

Historicamente, nossas principais fontes de recursos foram o caixa gerado pelas nossas operações e a captação de Empréstimos e Financiamentos, Bônus Perpétuos e Debêntures Conversíveis. No entanto, com o agravamento da crise no segmento de óleo e gás, momento em que a geração de caixa ficou comprometida e capacidade de captação de recursos no mercado bastante limitada, a empresa passou por um forte processo de reestruturação, que culminou com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial em 01 de dezembro de 2016, que permitiu o alongamento de suas obrigações com seus credores.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2015	2016	2017
	(Em milhares de R\$)		
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	41.535	(52.892)	(16.298)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento	10.437	29.919	22.599
Fluxo de Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(24.560)	(6.804)	(5.399)
Efeitos das Oscilações de Câmbio sobre o Caixa de Controladas no Exterior	19	(2)	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	27.431	(29.779)	902
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3.581	31.012	1.233
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	31.012	1.233	2.135

Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Companhia. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, matérias-primas em estoque, e pagamento de salários, por exemplo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou um consumo de R\$ 16,3 milhões versus consumo de R\$ 52,9 milhões no exercício de 2016, redução de R\$ 36,6 milhões, devido principalmente ao consumo de: (i) R\$ 54,6 milhões referente a reversão de ajustes a valor justo das contingências assumidas na combinação de negócio da San Antonio Brasil S/A; (ii) IR e CSLL diferidos no exercício de R\$ 45,4 milhões.

Em 2016, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou um consumo de R\$ 52,9 milhões versus geração de R\$ 41,5 milhões no exercício de 2015, redução de R\$ 94,4 milhões, devido principalmente aos efeitos do registro do Novo plano de Recuperação Judicial homologado em 01 de dezembro de 2016, tais como: (i) ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures, e *Bonds* no montante de R\$ 237,7 milhões de geração versus R\$ 394,8 de consumo em 2015; (ii) registro de ajuste a valor justo em R\$ 292,1 em 2016 referente aos bônus de subscrição a serem emitidos.

Atividades de Investimentos

As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Companhia. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

Nos anos de 2015, 2016 e 2017, o saldo total de nossos investimentos em ativo imobilizado, intangível e aquisição de investimentos, menos os montantes totais de venda de ativos totalizaram o montante positivo de R\$ 10,4, R\$ 29,9 e R\$ 22,6 milhões de geração, respectivamente.

A tabela a seguir contém os investimentos realizados e a desmobilização nos períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2015	2016	2017
	(Em milhares de R\$)		
Recursos Provenientes de Venda de Imobilizado	3,664	50	23,638
Recurso Proveniente de Venda de Investimentos	-	28,599	11,788
Compras de Imobilizado	(4,324)	(3,063)	(4,206)
Adição de Intangível	(2,253)	(171)	(42)
Alienação de Operação Descontinuada	11,922	-	-
Envio de recurso proveniente de venda de investimento para seus investidores	-	-	(10,665)
Titulos e Valores Mobiliários - Restritos	1,428	4,504	2,086
Total	10,437	29,919	22,599

Os investimentos realizados em 2017 totalizaram R\$ 4,2 milhões, que representou aumento de 31,3% sobre o valor investido em 2016. O saldo gerado de R\$ 22,6 milhões é devido especialmente à recurso proveniente da venda de participação societária na sociedade Lupatech OFS S.A.S em R\$11,8 milhões.

Os investimentos realizados em 2016 totalizaram R\$ 3,2 milhões, que representou redução de 50,8% sobre o valor investido em 2015. O saldo gerado de R\$ 29,9 milhões é devido especialmente à recurso proveniente da venda de participação societária na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., referente a 55.135 quotas, representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, recebendo por essa negociação o montante R\$ 28,6 milhões.

Os investimentos realizados em 2015 totalizaram R\$ 6,6 milhões, que representou redução de 63,5% sobre o valor investido em 2014. O saldo gerado de R\$ 10,4 milhões é devido especialmente à alienação de operações descontinuadas das unidades controladas argentinas Jefferson Sudamericana S/A, e suas unidades Jefferson Solenoid Valves U.S.A., Inc., Valjeff S/A de C.V. e Jefferson Solenoidbras Ltda no montante de R\$ 11,9 milhões.

Atividades de Financiamento

As atividades de financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, houve consumo de R\$ 5,3 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de captação de empréstimos no montante de R\$ 86,9 milhões reduzido por pagamento no montante de R\$ 90,1 milhões e juros sobre empréstimos de R\$ 2,5 milhões.

Em 2016, houve consumo de R\$ 6,8 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de captação de empréstimos no montante de R\$ 79,1 milhões reduzido por pagamento no montante de R\$ 83,1 milhões e juros sobre empréstimos de R\$ 2,8 milhões.

Em 2015, houve o consumo de R\$ 24,6 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente de pagamento de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 191,6 milhões e de juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 7,4 milhões.

Nossos recursos são utilizados principalmente para o equilíbrio do capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Esta seção contém estimativas e perspectivas futuras as quais envolvem riscos e incertezas. Os nossos resultados reais poderão diferir significativamente das estimativas e perspectivas futuras aqui descritas. A discussão a seguir sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes. Nossas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 mencionadas nesta seção foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standard Board – IASB (IFRS).

a. Comentários sobre os resultados das nossas operações, descrição de componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Exercício de 2017

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2017 atingiu R\$ 112,4 milhões versus R\$ 138,4 milhões apurados no exercício de 2016. O Segmento de Produtos apresentou expressivo crescimento das vendas comprados com 2016 passando de R\$ 27,8 milhões para R\$ 34,8 milhões. O maior crescimento entre 2016 e 2017 se operou na unidade de válvulas de óleo e gás, que partiu de uma base baixa significativa em 2016 e contou com a captura de uma boa oportunidade de exportação no 1T17 respectivamente. Na divisão de Válvulas Industriais, ocorreu o aumento de 5% na Receita Líquida, passando de R\$ 22,1 milhões para R\$ 23,3 milhões, decorrente do esforço comercial, num ambiente onde verificamos uma retomada modesta de investimentos e manutenções no segmento industrial. O Segmento de Serviços demonstrou uma Receita Líquida de R\$ 77,5 milhões em 2017 ante R\$ 110,6 milhões em 2016. A redução se deu na divisão Oilfield Services Brasil, ocorreu devido a finalização dos contratos de Chaves Hidráulicas e Flexitubo junto à Petrobrás em julho de 2017. Já na divisão Oilfield Services Colômbia obteve um crescimento contínuo em decorrência da recuperação do mercado colombiano e também com a captura de negócios e oportunidades em razão da recapitalização da empresa colombiana.

O Lucro Bruto no exercício de 2017 foi negativo de R\$ 5,3 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ R\$ 30,6 milhões no exercício de 2016, tendo uma variação positiva de Margem Bruta de 17,4 pontos percentuais, em decorrência da melhora do mercado Colombiano e também com os gastos com o encerramento das atividades em Macaé no 3T17 respectivamente.

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 2,5 milhões de receita em 2016 versus R\$ 36,4 milhões em 2017 de receita, a variação de R\$ 33,8 milhões está relacionada aos seguintes fatores: (i) R\$ 54,6 milhões referente reversão de ajuste a valor justo das contingências assumidas na combinação de negócio da San Antonio Brasil S/A em agosto de 2012; (ii) R\$ 4,4 milhões de perda na alienação de investimentos, referente venda de participação societária de 49% da sociedade controlada indireta Lupatech OFS SA.S; (iii) R\$ 9,9 milhões de despesa com ociosidade de produção; (iv) R\$ 2,8 milhões referente a despesa respectivas a mercadorias importadas na divisão de Válvulas Oil&Gas e Cabos de Ancoragem em anos anteriores, que tiveram efetivado seu perdimento.

Quando analisado 2017 versus 2016, observa-se uma redução significativa na Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) de R\$ 412,3 milhões, devido principalmente aos eventos ocorridos em 2016 e não recorrentes em 2017, são eles: (i) registro da receita de ajuste a valor presente dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial no montante de R\$ 157,1 milhões; e (ii) ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 292,1 milhões referente aos bônus de subscrição a serem emitidos de acordo com a aprovação e homologação ocorridas em 01 de dezembro de 2016 do Novo Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

As Despesas Financeiras no ano de 2017 versus o de 2016, tiveram uma redução de R\$ 392,6 milhões, devido respectivamente à reversão de ajustes a valor presente da dívida sujeita à Recuperação Judicial em decorrência da anulação do primeiro plano homologado e da redução de despesas com juros, a qual diminuiu R\$ 27,8 milhões em 2017 versus 2016.

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas foi negativo em R\$ 22,0 milhões no exercício de 2017 ante resultado negativo de R\$ 7,2 milhões em 2016.

Analisando o EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuada de 2017 versus 2016, observa-se uma redução em ambos os Segmentos de R\$ 14,8 milhões. No de Produtos, houve um aumento da Receita Líquida e uma melhora da margem EBITDA em decorrência da redução de despesas administrativas, muito embora o resultado em reais tenha sido inferior. Já o de Serviços a variação justifica-se pela redução das atividades e custos com encerramento de contratos.

Visto que a Companhia foca seu futuro na retomada do negócio de produtos, é relevante avaliar o desempenho dessa unidade de negócios entre os dois exercícios. Em 2017 o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 18,0 milhões negativo e 2016 apresentou R\$ 23,3 milhões negativo. O crescimento das vendas veio acompanhado de uma melhora efetiva nos resultados,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a qual tende a se expandir com maior atividade, visto que tanto a unidade de válvulas de óleo e gás como a unidade de cabos de ancoragem operaram em 2017 com volumes muito baixos e com nenhum volume respectivamente.

Como consequência desses fatores, o Resultado Líquido Consolidado do exercício de 2017 foi prejuízo de R\$ 4,1 milhões.

Exercício de 2016

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2016 atingiu R\$ 138,4 milhões, versus R\$ 268,3 milhões apurados no exercício de 2015, uma redução de 48,4%. O Segmento de Produtos apresentou redução de 6,9% na Receita Líquida Consolidada do exercício de 2016 em comparação a 2015, passando de R\$ 29,9 milhões em 2015 para R\$ 27,9 milhões em 2016. A redução foi especialmente sentida nas divisões de Válvulas *Oil&Gas* e Cabos de Ancoragem, sendo que a retomada da carteira de pedidos ocorre de forma lenta, mas constante em especial no segmento de Válvulas *Oil&Gas*, resultado de uma retomada gradual da demanda do segmento. A divisão de Válvulas Industriais por outro lado, apresentou crescimento de 48,3% no exercício de 2016 em comparação a 2015, passando de R\$ 14,9 milhões em 2015 para R\$ 22,1 milhões, principalmente em função do melhor equilíbrio financeiro da empresa ao longo do ano de 2016. O Segmento de Serviços apresentou uma forte redução na Receita Líquida Consolidada passando de R\$ 238,4 milhões no exercício de 2015 para R\$ 110,6 milhões no exercício de 2016, redução de 53,6%. Um dos principais fatores que ocasionaram a redução da Receita Líquida Consolidada no Segmento de Serviços desse período foi a queda de 77,1% da Receita Líquida na divisão de Tubular *Services & Coating*, em função do término de contratos existentes, função principal da queda da demanda. Adicionalmente houve uma significativa queda da Receita Líquida nas Operações da Colômbia de 60,1% de 2015 para 2016, afetadas pela redução do preço de petróleo, que impactou fortemente a demanda de serviços pelos clientes. As operações da divisão de *Oilfield Services* Brasil apresentaram uma redução da Receita Líquida de 44,7%, principalmente em função do término de contratos existentes, sem que os mesmos sejam aditivados, resultado da redução da demanda de serviços da Petrobras.

O Lucro Bruto no exercício de 2016 foi negativo de R\$ 30,6 milhões em comparação com o valor negativo de R\$ 10,2 milhões no exercício de 2015 em decorrência da redução da Receita Líquida Consolidada de R\$ 129,8 milhões (48,4%), aos custos com rescisões que somaram R\$ 11,9 milhões e ao impacto dos custos fixos. A Margem Bruta Total apresentou queda de 18,3 pontos percentuais em 2016 quando comparada a de 2015.

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 228,7 milhões de despesa no exercício de 2015 para R\$ 2,5 milhões de receita no de 2016, redução de 101,1%, e estão relacionadas principalmente aos seguintes fatores: (i) R\$ 1,2 milhões de reversão de provisão para perdas com processos judiciais (provisão de R\$ 40,7 milhões em 2015); (ii) R\$ 60,0 milhões de perda por não recuperabilidade de ágio no exercício de 2015 e não recorrentes em 2016; (iii) R\$ 85,2 milhões de provisão de perda pela não recuperabilidade de ativos imobilizados, segundo laudo de avaliação preparado de acordo com a demanda do processo de recuperação judicial no exercício de 2015 e reversão de R\$ 28,4 milhões decorrentes do novo teste de *impairment* realizado no exercício de 2016; (iv) R\$ 3,6 milhões de provisão para perdas de obsolescência de estoques (R\$ 13,3 milhões em 2015); (v) R\$ 3,6 milhões de provisão para perdas extraordinárias de estoque e ajuste a valor de mercado no exercício de 2016 e não recorrentes no de 2015; (vi) R\$ 11,8 milhões de despesa com ociosidade de produção (R\$ 26,1 milhões em 2015) e devido à grande probabilidade da incerteza do recebimento foi registrado R\$ 14,5 milhões de provisão para perda de recebimento de outras contas a receber.

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2016 atingiu R\$ 456,5 milhões versus R\$ 399,2 milhões no exercício de 2015, um aumento de 14,3%, devido principalmente ao registro no exercício de 2015 da receita de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões versus R\$ 157,1 milhões no exercício de 2016 e ao registro de ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 292,1 milhões referente aos bônus de subscrição a serem emitidos conforme Novo Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado em 01 de dezembro de 2016.

A Despesa Financeira Total (excluindo a Variação Cambial) aumentou consideravelmente no exercício de 2016 em comparação com o de 2015, atingindo R\$ 474,1 milhões em 2016 versus R\$ 24,5 milhões em 2015 principalmente devido aos seguintes fatores ocorridos no exercício de 2016: (i) reversão de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* no montante de R\$ 394,8 milhões (provisão de R\$ 394,8 milhões em 2015); (ii) registro de R\$ 21,4 milhões de multas e juros de mora sobre contingências e débitos tributários não recorrentes em 2015; (iii) registro de despesas com juros no montante de R\$ 41,3 milhões (R\$ 22,6 milhões em 2015); (iv) descontos concedidos no montante de R\$ 0,8 milhão não recorrentes em 2015 e provisão de juros sobre fornecedores no montante de R\$ 6,2 milhões (reversão de R\$ 8,6 milhões em 2015).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas foi negativo em R\$ 6,4 milhões no exercício de 2016 ante resultado negativo de R\$ 20,4 milhões em 2015.

O EBITDA Ajustado Consolidado do Segmento de Produtos apresentou valor negativo no exercício de 2016, consequência principalmente da redução da demanda resultado da crise do segmento de *Oil&Gas*. A variação positiva de R\$ 15,9 milhões no EBITDA do Segmento de Produtos no exercício de 2016 comparativamente ao de 2015 se deve principalmente ao aumento da margem líquida em 49,4 pontos percentuais e da redução de R\$ 11,7 milhões nas despesas com ociosidade da produção no exercício de 2016.

O EBITDA Ajustado do Segmento de Serviços apresentou valor positivo no exercício de 2016 de R\$ 8,4 milhões versus R\$ 10,3 em 2015, principalmente devido aos seguintes registros: reversão de provisão de R\$ 28,4 milhões decorrentes de *impairment* de imobilizado e R\$ 14,5 milhões de provisão para perda de recebimento de outras contas a receber.

Como consequência desses fatores, o Resultado Líquido Consolidado do exercício de 2016 foi lucro de R\$ 7,4 milhões.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos por ela são altamente customizados, o que difere a precificação a cada novo projeto em que participa.

Nos últimos três anos não houve variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços. Houve variação relevante em função da queda de demanda resultado da crise do segmento.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro

Nossa Receita Líquida é afetada pela variação cambial sobre recebíveis denominados em moeda estrangeira.

Nossa variação cambial sobre insumos tem pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado. Já a nossa variação cambial sobre a posição de endividamento em moeda estrangeira, impacta o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social. As taxas de juros também impactam o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social, na medida em que sua variação impacta diretamente o valor de juros a pagar, i.e., a despesa financeira.

A inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço dada à inflação através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que tem em carteira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) e suas controladas e associadas (conjuntamente o “Grupo”) é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, com ações negociadas bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA” LUPA3) e no mercado de balcão nos EUA por meio dos seus ADR (LUPAQ). O grupo que atua em dois segmentos de negócios: Produtos e Serviços e conta com 666 colaboradores no Brasil e na Colômbia.

No Segmento de Produtos, a Companhia produz válvulas indústrias, válvulas para óleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas, equipamentos para completação de poços.

No Segmento de Serviços, a Companhia oferece serviços de sondas de perfuração e workover, intervenção em poços, revestimentos e inspeção de tubulações, equipamentos para completação de poços.

A Companhia efetuou nos últimos 3 exercícios os desinvestimentos de operações *non-core* no Segmento de Produtos e Serviços conforme segue:

Segmento Produtos

- Controlada indireta Jefferson Sudamericana S.A., e suas unidades Jefferson Solenoid Valves U.S.A., Inc., Valjeff S.A. de C.V. e Jefferson Solenoidbras Ltda. em janeiro de 2015.

Segmento Serviços

- Controlada indireta Lupatech OFS S.A.S. com transação envolvendo obrigação de capitalização pela empresa adquirente, na qual totalizou uma participação equivalente a 49%, em 31 de dezembro de 2017.

As receitas de tais ativos adquiridos e desinvestidos estão expressas conforme tabela abaixo:

	Operação	Receita Operacional Líquida Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais e índices)		
		2015	2016	2017
Segmento Produtos				
Operações das unidades controladas argentinas	Alienação	2.642	-	-
Segmento Serviços				
Lupatech OFS S.A.S.	Alienação	-	-	28.278

A receita líquida de alienações realizadas, conforme mencionado acima teve uma representatividade no Segmento de Produtos de 8,8% no exercício de 2015 e no Segmento de Serviços de 36,5% no exercício de 2017.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Processo de desinvestimento de ativos *non-core*

Concomitante ao processo de capitalização e reestruturação do endividamento, para viabilizar o suporte ao fluxo de caixa de curto prazo e viabilização mínima de liquidez para a Companhia foram realizados importantes reforços de caixa advindos especialmente do processo de desinvestimento de ativos *non-core*:

Em 29 de janeiro de 2015 foi concluída a venda de sua controlada indireta Jefferson Sudamericana S.A., e suas unidades Jefferson Solenoid Valves U.S.A., Inc., Valjeff S.A. de C.V. e Jefferson Solenoidbras Ltda., para os empresários argentinos Ricardo e Felipe Menendez, por meio de suas operações Jikur S.A. e Jatdery S.A., localizadas no Uruguai. O preço final da aquisição foi de US\$ 5.700 mil, sendo que US\$ 4.281 mil foram pagos no fechamento, e US\$ 1.275 mil serão pagos em até

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

03 anos, contados da data de conclusão da venda, em não se materializando eventuais contingências apontadas pelo comprador, bem como em se verificando a recuperação de créditos de exportação retidos.

Em 07 de março de 2016 a Companhia concluiu a venda da sua participação societária na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., referente a 55.135 quotas, representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, recebendo por essa negociação o montante R\$ 28.599. A operação é a recompra de referida participação societária pela própria Vicinay e foi aprovada pelo juiz da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem de Capital, onde tramita a recuperação judicial da Companhia.

Em dois momentos, durante o exercício de 2017 foi realizada a venda de participação societária da sociedade controlada indireta Lupatech OFS S.A.S. para a Petroalianza International Ltd.: em 25 de agosto de 2017, foi vendido 19,6% de participação, pelo valor de US\$2.000.000,00, com transação envolvendo obrigação de capitalização pela empresa adquirente e; em 07 de dezembro de 2017, foi vendido mais 13% de participação, pelo valor de US\$1.666.000,00, atingindo uma participação equivalente total de 49% em 31 de dezembro de 2017.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Comentários dos diretores sobre questões contábeis

a) Comentários sobre mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2012 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu, dentre outros, os seguintes pronunciamentos que afetam as nossas atividades:

CPC 18 (R2) / Alterações a IAS 28 – Investimento em coligadas com controle compartilhado
CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em conjunto
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações consolidadas

Esses pronunciamentos contábeis, aprovados pela CVM em 2012, passaram a ter sua aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, determinam que empreendimentos controlados em conjunto sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia através do método de equivalência patrimonial.

Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente os ativos, passivos e contas de resultado das investidas com controle compartilhado Luxxon Participações S/A e Unifit - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba S/A, mantendo apenas a avaliação do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Assim as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, assim como, o resultado de operações da Companhia, utilizando a equivalência patrimonial para tais investimentos.

Em 2017, para atender aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1979/09 do Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia preparou a reapresentação e reclassificação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016, que estão identificadas com a nomenclatura “Reclassificação”.

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2016 e 2017, a Companhia informa que houve alterações significativas de práticas contábeis, em relação a 2015 e 2016, respectivamente.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com base nas normas apresentadas acima, a Companhia aplicou em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 os novos requerimentos contábeis para empreendimentos controlados em conjunto derivados do CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto.

A Companhia informa que para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2016 e 2017, houve alterações significativas de práticas contábeis, quando comparado 2015 e 2016. Tais alterações foram originadas dos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1979/09 do Conselho Federal de Contabilidade e ICPC 16.

De acordo ao ICPC 16, quando instrumentos patrimoniais próprios emitidos para o credor para extinguir a totalidade ou parte de um passivo financeiro são inicialmente reconhecidos, a entidade deve mensurá-los pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Dessa forma, a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos deve ser reconhecida no resultado do período. A Companhia reconheceu o referido ajuste no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A aceitação do plano de recuperação judicial pelos credores implica na impossibilidade de pagamento da parte da dívida a ser convertida em bônus de subscrição de outra forma que não pela entrega dos respectivos instrumentos patrimoniais, representando assim extinção do passivo financeiro. Assim, considerando que além de haver a impossibilidade de devolução dos valores, o saldo de passivo financeiro correspondente ao valor justo dos bônus de subscrição atende os critérios estabelecidos pelo item 16 do CPC 39, em atendimento ao item 39 do CPC 38, o referido saldo deve ser classificado como patrimônio, por não mais atender aos critérios de passivo financeiro, na data de efetivação.

Tal entendimento, o qual foi devidamente apreciado em situação análoga no julgamento CVM RJ2011/7085, não foi adequadamente observado, razão pela qual a Companhia reapresenta os saldos de Ajuste a Valor Justo (Passivo não Circulante), e Reservas de Capital (Patrimônio Líquido), que constaram dos balanços patrimoniais (individual e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$6.341

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Através de uma decisão favorável do mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal do Brasil no sentido de assegurar-lhe o direito de retificação da DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais), com o fim de expurgar impostos que haviam sido declarados sem que houvesse o dever legal de fazê-lo, tendo o mérito sido apreciado e julgado favoravelmente à Lupatech. O magistrado, em juízo de 1º grau do qual cabe recurso, determinou que a Companhia seja autorizada pela Receita Federal a retificar suas declarações com o fim de expurgar os valores indevidamente registrados no prazo de 90 dias, estando suspensa a exigibilidade do crédito da Certidão de Dívida Ativa correspondente até o trânsito em julgado do *mandamus*.

Com a decisão favorável do mandado de segurança, os tributos da companhia que estavam registrados no passivo circulante no montante de R\$36.574 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$20.618 de principal registrado em exercícios anteriores e R\$15.956 referente a multas e juros registrados no exercício. Com isso, devido ao reconhecimento da desobrigação do recolhimento do tributo, a Companhia está corrigindo o devido registro nas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo seguem, as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas em 31 de dezembro de 2016, com as devidas correções citadas acima:

- Balanço Patrimonial controladora e consolidado reapresentados em 31 de dezembro de 2016**

	Controladora					
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 01/01/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2016
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	3.125	-	3.125	123	-	123
Títulos e valores mobiliários	1.163	-	1.163	1.541	-	1.541
Contas a receber de clientes	17.883	-	17.883	16.818	-	16.818
Estoques	31.351	-	31.351	30.595	-	30.595
Impostos a recuperar	5.869	-	5.869	5.650	-	5.650
Adiantamento a fornecedores	2.313	-	2.313	820	-	820
Outras contas a receber	1.260	-	1.260	3.813	-	3.813
Despesas antecipadas	1.198	-	1.198	1.368	-	1.368
Empresas ligadas	4.608	-	4.608	84.809	-	84.809
Ativos classificados como mantidos para venda	15.284	-	15.284	-	-	-
Total do ativo circulante	84.054	-	84.054	145.537	-	145.537
NÃO CIRCULANTE						
Depósitos judiciais	957	-	957	1.663	-	1.663
Títulos e valores mobiliários	5.640	-	5.640	2.046	-	2.046
Impostos a recuperar	6.150	-	6.150	6.101	-	6.101
Empresas ligadas	31.073	-	31.073	25.804	-	25.804
Outras contas a receber	6.130	-	6.130	6.724	-	6.724
Ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos						
Investimentos em controladas e coligadas	455.056	-	455.056	356.588	-	356.588
Outros investimentos	90	-	90	90	-	90
Imobilizado	88.497	-	88.497	82.786	-	82.786
Intangível	-	-	-	-	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	55.414	-	55.414	55.414	-	55.414
Outros intangíveis	16.242	-	16.242	14.798	-	14.798
Total do ativo não circulante	665.149	-	665.149	552.014	-	552.014
TOTAL DO ATIVO	749.203	-	749.203	697.551	-	697.551

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Controladora						
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 01/01/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	5.894	-	5.894	5.517	-	5.517
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial - classe I	6.517	-	6.517	6.517	-	6.517
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	9.229	-	9.229	11.343	-	11.343
Salários, provisões e contribuições sociais	7.983	-	7.983	4.201	-	4.201
Comissões a pagar	1.188	-	1.188	869	-	869
Impostos a recolher	31.413	(20.618)	10.795	45.117	(36.574)	8.543
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	33.462	-	33.462	32.628	-	32.628
Adiantamento de clientes	3.045	-	3.045	1.905	-	1.905
Provisão multas contratuais	2.023	-	2.023	1.105	-	1.105
Outras contas a pagar	2.743	478	3.221	1.542	478	2.020
Empresas ligadas	86.881	-	86.881	69.993	-	69.993
Total do passivo circulante	190.308	(20.140)	170.168	180.737	(36.096)	144.641
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	72.018	-	72.018	65.862	-	65.862
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	81.581	-	81.581	69.149	-	69.149
Imposto de renda e contribuição social diferidos	73.943	-	73.943	30.018	-	30.018
Impostos a recolher	4.602	-	4.602	5.734	-	5.734
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	4.381	-	4.381	10.820	-	10.820
Outras contas a pagar	1.096	-	1.096	-	-	1.096
Empresas ligadas	224.301	-	224.301	264.003	-	264.003
Provisão para passivo a descoberto em controladas em conjunto	3.680	-	3.680	19.180	-	19.180
Passivos a valor justo	-	-	-	6.341	(6.341)	-
Total do passivo não circulante	465.582	-	465.582	472.203	(6.341)	465.862
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.853.684	-	1.853.684	1.853.684	-	1.853.684
Reserva de capital	-	-	-	-	6.341	6.341
Reservas e transações de capital	136.183	-	136.183	136.183	-	136.183
Opções outorgadas	13.549	-	13.549	13.549	-	13.549
Ajustes de avaliação patrimonial	126.671	-	126.671	65.617	-	65.617
Prejuízos acumulados	(2.036.774)	20.140	(2.016.634)	(2.024.422)	36.096	(1.988.326)
Atribuído a participação dos acionistas controladores	93.313	20.140	113.453	44.611	42.437	87.048
Atribuído a participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	93.313	20.140	113.453	44.611	42.437	87.048
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	749.203	-	749.203	697.551	-	697.551

Consolidado						
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 01/01/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2016
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	31.012	-	31.012	1.233	-	1.233
Títulos e valores mobiliários	1.163	-	1.163	1.541	-	1.541
Contas a receber de clientes	62.330	-	62.330	44.912	-	44.912
Estoques	56.349	-	56.349	56.691	-	56.691
Impostos a recuperar	30.976	-	30.976	23.603	-	23.603
Adiantamento a fornecedores	26.234	-	26.234	14.095	-	14.095
Outras contas a receber	7.715	-	7.715	6.394	-	6.394
Despesas antecipadas	4.672	-	4.672	3.285	-	3.285
Ativos classificados como mantidos para venda	15.284	-	15.284	4.790	-	4.790
Total do ativo circulante	235.735	-	235.735	162.544	-	162.544
NÃO CIRCULANTE						
Depósitos judiciais	22.275	-	22.275	24.657	-	24.657
Títulos e valores mobiliários	5.640	-	5.640	2.046	-	2.046
Impostos a recuperar	40.455	-	40.455	37.040	-	37.040
Outras contas a receber	33.384	-	33.384	16.885	-	16.885
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	676	-	676	676	-	676
Imobilizado	354.862	-	354.862	281.730	-	281.730
Intangível	-	-	-	-	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	103.459	-	103.459	100.936	-	100.936
Outros intangíveis	17.545	-	17.545	15.776	-	15.776
Total do ativo não circulante	578.236	-	578.236	479.746	-	479.746
TOTAL DO ATIVO	814.031	-	814.031	642.290	-	642.290

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Consolidado						
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 01/01/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	29.084	-	29.084	18.506	-	18.506
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial - classe I	8.517	-	8.517	6.517	-	6.517
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	31.145	-	31.145	23.411	-	23.411
Salários, provisões e contribuições sociais	23.005	-	23.005	8.272	-	8.272
Comissões a pagar	1.131	-	1.131	897	-	897
Impostos a recolher	61.448	(20.618)	40.830	60.062	(36.574)	23.488
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	33.462	-	33.462	32.628	-	32.628
Adiantamento de clientes	3.783	-	3.783	2.452	-	2.452
Provisão multas contratuais	2.023	-	2.023	1.105	-	1.105
Participações no resultado	767	-	767	-	-	-
Outras contas a pagar	19.259	478	19.737	23.372	478	23.850
Total do passivo circulante	211.624	(20.140)	191.484	177.222	(36.096)	141.126
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	72.018	-	72.018	65.862	-	65.862
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	161.026	-	161.026	118.189	-	118.189
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	8.177	-	8.177	12.866	-	12.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	120.947	-	120.947	56.526	-	56.526
Impostos a recolher	9.000	-	9.000	10.047	-	10.047
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	125.301	-	125.301	123.977	-	123.977
Outras contas a pagar	8.965	-	8.965	7.669	-	7.669
Provisão para passivo a descoberto em controladas em conjunto	3.660	-	3.660	19.180	-	19.180
Passivos a valor justo	-	-	-	6.341	(6.341)	-
Total do passivo não circulante	509.094	-	509.094	420.457	(6.341)	414.116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.853.684	-	1.853.684	1.853.684	-	1.853.684
Reserva de capital	-	-	-	-	6.341	6.341
Reservas e transações de capital	136.183	-	136.183	136.183	-	136.183
Opções outorgadas	13.549	-	13.549	13.549	-	13.549
Ajustes de avaliação patrimonial	126.671	-	126.671	65.617	-	65.617
Prejuízos acumulados	(2.036.774)	20.140	(2.016.634)	(2.024.422)	36.096	(1.988.326)
Atribuído a participação dos acionistas controladores	93.313	20.140	113.453	44.611	42.437	87.048
Atribuído a participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	93.313	20.140	113.453	44.611	42.437	87.048
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	814.031	-	814.031	642.290	-	642.290

• Demonstração do resultado controladora e consolidado reapresentados em 31 de dezembro de 2016

LUPATECH S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de Reais exceto Prejuízo por ação, ou quando indicado)

	Controladora			Consolidado		
	Saldo originalmente apresentado em 31/12/2016	Ajustes	Saldo reapresentado em 31/12/2016	Saldo originalmente apresentado em 31/12/2016	Ajustes	Saldo reapresentado em 31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.996	-	19.996	138.486	-	138.486
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(20.707)	-	(20.707)	(169.044)	-	(169.044)
PREJUÍZO BRUTO	(711)	-	(711)	(30.558)	-	(30.558)
DESPESAS OPERACIONAIS						
Com vendas	(3.666)	-	(3.666)	(7.591)	-	(7.591)
Gerais e administrativas	(13.831)	-	(13.831)	(38.162)	-	(38.162)
Remuneração dos administradores	(5.576)	-	(5.576)	(5.576)	-	(5.576)
Resultado de equivalência patrimonial	(43.303)	-	(43.303)	(10.687)	-	(10.687)
Outras despesas operacionais líquidas	(3.305)	-	(3.305)	2.550	-	2.550
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(70.392)	-	(70.392)	(90.024)	-	(90.024)
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	420.134	-	420.134	456.422	-	456.422
Despesas financeiras	(439.180)	15.956	(423.224)	(474.133)	15.956	(458.177)
Variação cambial, líquida	52.088	-	52.088	52.541	-	52.541
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(37.350)	15.956	(21.394)	(55.194)	15.956	(39.238)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	-	-	-	(2.236)	-	(2.236)
Diferidos	44.720	-	44.720	64.800	-	64.800
LUCRO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	7.370	15.956	23.326	7.370	15.956	23.326
LUCRO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.370	15.956	23.326	7.370	15.956	23.326
LUCRO (PREJUÍZO) ATRIBUÍVEL A:						
Proprietários da controladora	7.370	15.956	23.326	7.370	15.956	23.326

• Fluxo de caixa controladora e consolidado reapresentados em 31 de dezembro de 2016

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro (prejuízo) do exercício a.2)	7.370	15.956	23.326	7.370	15.956	23.326
Impostos a recolher a.2)	(2.413)	(15.956)	(18.369)	(20.445)	(15.956)	(36.401)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(33.495)	-	(33.495)	(52.892)	-	(52.892)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	43.267	-	43.267	29.919	-	29.919
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(12.774)	-	(12.774)	(6.804)	-	(6.804)
EFEITO DAS OSCILAÇÕES DE CÂMBIO SOBRE O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA DE CONTROLADAS NO EXTERIOR	-	-	-	(2)	-	(2)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.002)	-	(3.002)	(29.777)	-	(29.777)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.125	-	3.125	31.012	-	31.012
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	123	-	123	1.233	-	1.233

- **Demonstração do resultado abrangente controladora e consolidado reapresentados em 31 de dezembro de 2016**

Controladora e Consolidado				
		Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	a.2)	7.370	15.956	23.326
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO				
Variação cambial sobre investimentos no exterior		(56.072)	-	(56.072)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		(48.702)	15.956	(32.746)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores		(48.702)	15.956	(32.746)

- **Demonstração do valor adicionado controladora e consolidado reapresentados em 31 de dezembro de 2016**

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes	Saldos reapresentados em 31/12/2016
RECEITAS	56.111	-	56.111	223.371	-	223.371
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(47.664)	-	(47.664)	(132.480)	-	(132.480)
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.447	-	8.447	90.891	-	90.891
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(8.147)	-	(8.147)	(48.468)	-	(48.468)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	300	-	300	42.423	-	42.423
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	931.134	-	931.134	972.884	-	972.884
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	931.434	-	931.434	1.015.307	-	1.015.307
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	931.434	-	931.434	1.015.307	-	1.015.307
Pessoal	21.214	-	21.214	92.318	-	92.318
Impostos, taxas e contribuições:	(38.901)	-	(38.901)	(36.573)	-	(36.573)
Remuneração de capitais de terceiros:	941.751	(15.956)	925.795	952.192	(15.956)	936.236
Juros e demais despesas financeiras	941.395	(15.956)	925.439	948.741	(15.956)	932.785
Aluguéis	356	-	356	3.451	-	3.451
Remuneração (perdas) de capitais próprios	7.370	15.956	23.326	7.370	15.956	23.326
Lucro (Prejuízo) do exercício	7.370	15.956	23.326	7.370	15.956	23.326

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015, 2016 e de 2017.

Ressalvas:

Não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais de 2015, 2016 e de 2017.

Ênfase:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases*Recuperação judicial*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em 8 de novembro de 2016, a Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas, tiveram seu novo plano de recuperação judicial aprovado pela Assembléia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, em 1 de dezembro de 2016. A Companhia apresentou embargos de declaração uma vez que o despacho da homologação não mencionou uma das empresas do Grupo em recuperação judicial. No dia 15 de fevereiro de 2017 o juízo corrigiu seu despacho de homologação incluindo a empresa não mencionada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve apresentação de nenhum agravo contra o plano homologado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm gerado prejuízos recorrentes e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 incorreram em prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 38.802 mil e não têm gerado caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato da Companhia e suas controladas terem ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. A reversão desta situação de prejuízos recorrentes e dificuldade na geração de caixa dependem do sucesso dos planos de readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia e suas controladas, assim como o cumprimento do plano de recuperação judicial, descritos na nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1.1, em decorrência dos ajustes para correção de erros identificados em 2017 com relação às demonstrações financeiras de 2016, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos Diretores - Políticas Contábeis Críticas:

As nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*), e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As políticas contábeis críticas são aquelas cuja aplicação é relevante para a condição financeira e resultado das operações e que requer julgamentos complexos ou subjetivos por parte da Administração, usualmente como resultado da necessidade de se elaborarem estimativas sobre os efeitos de assuntos que, inerentemente, envolvem incertezas. À medida que o número de variáveis e premissas que afetam a resolução futura de incertezas aumenta, esses julgamentos se tornam mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas das demonstrações financeiras:

- Nota explicativa 12 – Imobilizado;
- Nota explicativa 13 – Intangíveis;
- Nota explicativa 17 – Impostos de renda e contribuição social;
- Nota explicativa 19 – Processos contingentes e depósitos judiciais;

De modo a proporcionar um entendimento de como a Administração forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. É calculado usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração do Grupo. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis.

Atualmente desreconhecemos em nosso balanço a recuperabilidade de prejuízos fiscais e bases negativas devido aos prejuízos sucessivos da cia., mas as oportunidades de recuperação são consistentemente monitoradas de sorte que tal condição pode mudar à medida que a companhia se recupere voltando à lucratividade.

Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação e/ou amortização de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, e reflete significativamente a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Em 2012 e em anos anteriores, conforme descrito na nota explicativa nº 11.1.1, foram realizadas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, os custos da entidade adquirida devem ser alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença a maior entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. Em determinados casos são contratados especialistas externos de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que podem incluir estimativas de fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas para avaliação inclui estimativas de fluxos de caixa descontados ou taxas de descontos e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do custo de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos de ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises por período menor que o anual. Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil destes ativos.

Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo da provisão para perda do correspondente ativo.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. A Companhia realizou novos testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e previsões econômico financeiras de longo prazo.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação das unidades geradoras de caixa da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação da economia e das taxas de crescimento acontecerem em uma velocidade inferior à prevista, bem como se os planos da Administração para os negócios da Companhia, descritas na nota explicativa nº 1 não se concretizaram como esperado no futuro.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As avaliações e teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, tem como pressuposto a continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

Em 2017, com base em análises baseadas em novos laudos de avaliação de ativos – máquinas, equipamentos e imóveis, foram efetuados ajustes líquidos nas provisões por *impairment* de diversos ativos da Companhia representando uma perda de R\$ 15,2 milhões.

Em 2016, com base em testes de *impairment* foi identificado recuperação de provisão de *impairment* de R\$ 28,4 milhões.

Em 2015, com base em laudos efetuados de avaliação de imobilizado, foram identificados e registrados valores de perda de *impairment* de R\$ 85,2 milhões.

Demais estimativas, julgamentos e políticas aplicáveis às nossas demonstrações financeiras

1 Instrumentos Financeiros

Classificamos ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. Classificamos passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

1.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Reconhecemos os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecemos um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferimos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Desreconhecemos um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.2 Ativos e passivos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda. Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Contas a receber de clientes

São demonstradas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos.

1.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela referente ao instrumento de dívida) são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor captado, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos incorridos diretamente relacionados a transações de emissão de títulos e dívidas foram alocados, em conta redutora do correspondente passivo circulante e não circulante. Esses custos são apropriados ao resultado pelo período do financiamento como complemento do custo de captação, ajustando, assim, a taxa de juros efetiva da operação.

2 Ajuste a valor presente

Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, é reconhecido ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

3 Ajuste a valor justo

Para os ativos e passivos financeiros sem cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

O ajuste a valor justo é apresentado em conta específica, determinada como ajuste a valor justo e sua variação é alocada ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência.

4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio das compras ou de produção, tendo em conta o método de absorção total de custos industriais, inferior aos valores de realização.

No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

5 Intangíveis

a. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Conforme ICPC 9, o ágio de aquisições de controladas fundamentado em rentabilidade futura é registrado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) como “investimentos” e nas demonstrações financeiras consolidadas como “ativo intangível”. A parcela fundamentada em mais valia de ativo imobilizado é classificada, no balanço da controladora, como “investimentos” e no consolidado ao saldo do correspondente ativo.

O ágio é testado anualmente, ou em um período menor, quando houver indicativo de deterioração do investimento, para verificar prováveis perdas (*impairment*).

O ágio é alocado nas unidades geradoras de caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

b. Softwares e desenvolvimento de produtos e processos

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em 5 anos. A amortização destes valores é alocada, principalmente, na linha de custo dos produtos vendidos, na demonstração do resultado.

Os custos associados ao desenvolvimento, manutenção ou ao aprimoramento de novos produtos e processos, que apresentem objetivamente a geração de benefícios econômicos futuros através da formação de nova receita ou pela redução de custos, são ativados em conta específica e amortizados pela vida útil definida na qual os benefícios a serem gerados foram estimados.

6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda

Quando da identificação de ativos que satisfaçam os critérios de classificação de “ativos mantidos para venda”, ou seja, cujo valor contábil do bem será recuperado por meio de uma operação de venda ao invés de ser utilizado na própria operação da Companhia, estes serão classificados para o ativo circulante e mensurados pelo menor valor entre o contábil registrado e o valor justo menos as despesas de venda. A depreciação desses ativos deve cessar.

Os valores dos ativos classificados como mantidos para venda serão apresentados separadamente no balanço patrimonial, assim como os resultados das operações descontinuadas também serão apresentadas separadamente na demonstração do resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano
Terrenos	-
Prédios e construções	2%
Máquinas e equipamentos	9%
Moldes e matrizes	15%
Instalações industriais	5%
Móveis e utensílios	9%
Equipamentos para processamento de dados	14%
Benfeitorias	2%
Veículos	19%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

7 Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)**a. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. Ativos classificados como disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

d. Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

e. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no exercício, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

9 Benefícios a empregados e administradores

a) *Plano de outorga de opções de compra de ações*

A Companhia oferece um Plano de Outorga de Opção de Ações a profissionais a serem selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre os administradores, executivos, colaboradores e prestadores de serviços e de nossas controladas, segundo os quais a entidade recebe os serviços como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços dos Beneficiários, recebidos em troca da outorga de opções, será calculado na data da outorga e reconhecido como despesa durante o período ao qual o direito é adquirido. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa será reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Administração revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são de mercado. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, será reconhecida na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio, na conta "Reserva de Capital – Opções Outorgadas".

b) *Participação nos resultados*

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nos Planos de Participação nos Resultados e Plano de Remuneração Variável, que leva em conta metas individualizadas e corporativas.

10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

11 Demais direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

12 Demonstração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. A receita da venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens e serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau de normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais bens; c) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; d) o recebimento de contas a receber é provável; e) os custos incorridos ou a incorrer referentes às transações possam ser medidos com segurança.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na unidade Cordoaria São Leopoldo o critério adotado para reconhecimento da receita de vendas e respectivos custos é o método conhecido como “Porcentagem de Conclusão (POC)” devido às características de atividade e comercialização dos produtos, as quais apresentam tempo médio de produção superior à periodicidade na qual as informações contábeis são divulgadas (trimestral). Neste critério, o reconhecimento da receita e os respectivos custos de produção são feitos com base no estágio de produção. As especificações técnicas dos produtos são determinadas pelo cliente e específicos para cada um dos projetos, sendo o processo de produção supervisionado diretamente pelo cliente ou pelos órgãos certificadores por eles indicados.

13 Conversão de saldos em moeda estrangeira

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

<u>Empresas controladas diretas e indiretas</u>	<u>Moeda Funcional</u>	<u>País</u>
<u>Participações diretas</u>		
Mipel Ind. e Com. de Válvulas Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.- Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Lupatech II Finance Limited	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Recu S.A.	Peso Argentino	Argentina
Lupatech OFS Coöperatief U.A.	Dólar Americano	Holanda
Lupatech Netherlands Coöperatief U.A.	Dólar Americano	Holanda
Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
<u>Participações indiretas</u>		
Recu S.A.	Peso Argentino	Argentina
Lupatech Netherlands Coöperatief U.A.	Dólar Americano	Holanda
Lupatech OFS S.A.S.	Peso Colombiano	Colômbia
Lupatech Perfuração e Completação Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Prest Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial	Reais	Brasil
UNAP International Ltd.	Dólar Americano	Ilhas Cayman
CIAVAL Administração de Bens e Direitos SPE S/A	Reais	Brasil
<u>Empresas controladas em conjunto</u>	<u>Moeda Funcional</u>	<u>País</u>
<u>Participações diretas</u>		
Luxxon Participações S.A.	Reais	Brasil
<u>Participações indiretas</u>		
Aspro do Brasil Sistemas de Compressão para GNV Ltda.	Reais	Brasil

b. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas do Grupo utilizadas como base para avaliação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação conforme abaixo:

- (i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço;
- (ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- (iii) Os saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura originados da aquisição de entidades no exterior, realizada após a adoção dos CPCs/IFRS, e quaisquer ajustes de valor justo nos valores contábeis de ativos e passivos originados da aquisição dessa entidade no exterior são tratados como ativos e passivos de entidade no exterior. Desse modo, eles são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

expressos na moeda funcional da respectiva entidade adquirida no exterior e são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço; e

- (iv) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha “Ajustes Acumulados de Conversão”, subconta do grupo “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

14 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

15 Relatório por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. As tomadas das decisões estratégicas do Grupo são de responsabilidade do Conselho de Administração.

16 Investimentos em controladas (Controladora)

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o resultado dessa avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais sobre investimentos no exterior (controladas que possuem operação própria), as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, para serem reconhecidas em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Conforme ICPC 9, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), representado pela diferença positiva entre o valor pago (ou valores a pagar) e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida é registrado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) como “investimentos” e nas demonstrações financeiras consolidadas como “ativo intangível”.

17 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos por nós, direta ou indiretamente, que não aparecem no nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Nesta data não tínhamos quaisquer operações ou compromissos não registrados nas nossas demonstrações financeiras. Não possuímos quaisquer subsidiárias que não estejam incluídas nas nossas demonstrações financeiras consolidadas, nem possuímos quaisquer participações em, ou relacionamentos com quaisquer sociedades de propósito específico que não estejam refletidos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável,

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, não há itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável,

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, não há itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores com influência relevante não comentados.